

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Estudantes brasileiros invadem Portugal](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Qual é a coalizão do governo Bolsonaro](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[USP, Unicamp e Unesp caem em ranking de emergentes.](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Irregular, presidente do FNDE libera R\\$ 3 bilhões](#)

[R\\$ 3 bilhões para o Fies](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO BRASIL - RJ

[Uma importante âncora para a inovação](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Professor do ITA deve ser nomeado presidente do CNPq](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Unidades de saúde de Laranjeiras reabrem nesta semana](#)

ESPAÇO DO POVO

[Presidente do Inep é demitida; órgão será comandado por professor da FGV](#)

FAROL COMUNITÁRIO

[Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro](#)

FOLHA PA

[Presidente do Inep é exonerada; assume o cargo professor da FGV](#)

GRUPO ORZIL

[Sistema do Inep já está aberto para coleta de dados do Censo de 2018](#)

ITAPORA NEWS

[Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro](#)

TERRA

[Professor do ITA deve ser nomeado presidente do CNPq](#)

TRIANGULO NOTÍCIAS

[Presidente do Inep é exonerada; assume o cargo professor da FGV](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Programa Inglês sem Fronteiras \(IsF - Inglês\)](#)

BOL NOTÍCIAS

[Regra federal deve tirar validade de parte das nomeações no MEC](#)

CORREIO WEB

[Ministro da Educação nomeia novos presidentes do FNDE e do Inep sem poder](#)

G1

[Governo atrasa repasse de R\\$ 5,6 milhões para 220 escolas do DF](#)

METRÓPOLES

[Oficial do DF será subsecretária de Fomento às Escolas Militares](#)

CADA MINUTO

[Internacionalização e Inovação: temos que avançar](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Unidades de saúde de Laranjeiras reabrem nesta semana](#)

CRUB

[PRESIDENTE DO INEP É EXONERADA; ASSUME O CARGO PROFESSOR DA FGV](#)

ESPAÇO DO POVO

CLIPPING



[Presidente do Inep é demitida; órgão será comandado por professor da FGV](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Pela sétima vez, escola da Fundação Getulio Vargas é a melhor do Brasil](#)

FAROL COMUNITÁRIO

[Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro](#)

GRUPO ORZIL

[Sistema do Inep já está aberto para coleta de dados do Censo de 2018](#)

ITAPORA NEWS

[Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro](#)

JC ONLINE

[CBPF, 70, se fortalece como infraestrutura de pesquisa avançada](#)

JORNAL DO SUDOESTE

[Uesb abre inscrições para Mestrado e Doutorado em Memória](#)

PORTAL TV CARIRI

[Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Universidade Positivo está entre as mais sustentáveis do mundo](#)

TRIANGULO NOTÍCIAS

[Presidente do Inep é exonerada; assume o cargo professor da FGV](#)

CORREIO WEB

[Inep completa 82 anos de fundação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Regra federal deve tirar validade de parte das nomeações no MEC](#)

[Fracasso em 2018, modalidade do FIES com juros terá mudança em 2019](#)

[Presidente do CNPq que criticou cortes na gestão Temer é exonerado](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Sine oferta cursos profissionalizantes em mais de 10 áreas](#)

[Contra 'ideologia', secretário quer guinada metodológica](#)

GAZETA DO POVO - PR

[7 argumentos contra os sindicatos dos professores nos EUA](#)

O DIA - RJ

[Presidente do Inep é exonerada; professor da FGV assumirá o cargo](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Saiba quem é quem no governo Bolsonaro](#)

CORREIO WEB

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

DIÁRIO DO SUDOESTE

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Veja quem é quem no primeiro e no segundo escalão do governo Bolsonaro](#)

GC NOTÍCIAS

[Veja quem é quem no primeiro e no segundo escalão do governo Bolsonaro](#)

JORNAL DO OESTE

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

MAIS GOIÁS - GO

[Veja quem é quem no primeiro e no segundo escalão do governo Bolsonaro](#)

MASSA NEWS - PR

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

METRÓPOLES

[MEC nomeia secretários e general assume área que opera Fies e Fundeb](#)

NOTÍCIAS AO MINUTO

[Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro](#)

O LIBERAL - PA

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

PORTAL DO HOLANDA

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

PORTAL EXAME

[MEC nomeia secretários e general assume área que opera Fies e Fundeb](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

R7

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Censo da Educação Superior 2018 inicia coleta de dados](#)

TRIBUNA DO INTERIOR

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[General assume área que opera Fies e Fundeb](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[Veja quem é quem no primeiro e no segundo escalão do governo Bolsonaro](#)

AQUI ACONTECE

[Presidente do Inep é exonerada; assume o cargo professor da FGV](#)

CGN - PR

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

FOLHA VITÓRIA

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

JORNAL DO BRASIL - RJ

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

REPÓRTER DIÁRIO

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Ex-bolsista CAPES é premiada em Lisboa](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL S/A

Estudantes brasileiros invadem Portugal

O número de estudantes brasileiros cursando graduação em Portugal cresceu 31% nos últimos três anos, de acordo com um levantamento realizado pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, órgão ligado ao governo português. São aproximadamente 12 mil universitários brasileiros vivendo no país, o que representa 30% da comunidade estrangeira dentro das instituições de ensino portuguesas — é mais do que qualquer outra nacionalidade (na foto, a Escola Superior de Tecnologia de Castelo Branco). Entre os motivos que fazem de Portugal o destino preferido dos brasileiros estão a familiaridade com a língua, a qualidade da educação, a possibilidade de viajar pela Europa e o intercâmbio cultural, segundo o especialista no tema Pablo Ganassim, coordenador do programa de intercâmbio da Escola Superior de Engenharia e Gestão (ESEG). Também é preciso apontar a falta de perspectivas no Brasil, especialmente para os jovens, depois da grave crise econômica dos últimos anos.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Qual é a coalizão do governo Bolsonaro

Estamos perto da entropia, de o Brasil se inviabilizar

A direita brasileira não ganha eleições democráticas com quadros orgânicos seus, gente que ela formou. Embora chame a esquerda de irracional, a direita só chega ao poder com outsiders agressivos e demagogos: Jânio (1960), Collor (1989) e Bolsonaro (2018). A exceção é Fernando Henrique Cardoso (1994)...

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/qual-e-a-coalizao-do-governo-bolsonaro.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

USP, Unicamp e Unesp caem em ranking de emergentes.

As universidades estaduais paulistas caíram no ranking que mede o desempenho de instituições de países emergentes. Divulgado ontem, o levantamento da revista britânica Times Higher Education (THE) mostra a Universidade de São Paulo (USP), a Estadual de Campinas (Unicamp) e a Estadual Paulista (Unesp) em colocações inferiores em relação a 2018.

O ranking analisou quase 450 universidades de 43 países. O levantamento é uma das principais referências em reputação acadêmica. Trinta e seis instituições aparecem no estudo – no ano passado, eram 32. Mas 17 brasileiras perderam posições.

A USP continua a melhor entre as brasileiras, na 15.^a posição – e também a primeira da América Latina. No ano passado, estava em 14.^o e, desde 2017, não alcança o top 10. Em seguida, vem a Unicamp, que ficou em 40.^a perdendo sete posições ante 2018. A Unesp caiu para 166.^a (no ano passado, era 162.^a).

Enquanto isso, outras brasileiras ganharam destaque. É o caso da Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que saiu da faixa de 201-250 (a partir de 200, as universidades não aparecem em colocações, mas faixas) e subiu para a 119.^a; e da Federal de Minas (UFMG), que subiu 23 posições, chegando à 127.^a.

“Como em muitos países da América Latina, o setor de ensino superior do Brasil sofre sérios efeitos colaterais dos contínuos cortes de financiamento”, apontou Ellie Bothwell,

editora global de rankings da THE. “Outras economias emergentes estão avançando em ritmo mais acelerado, à medida que cada vez mais as vemos posicionando as instituições no centro de suas estratégias nacionais de crescimento econômico.”

Entre os critérios de avaliação, estão pesquisa (como volume de produção e citações), qualidade de ensino e perspectiva internacional (equipes, alunos e pesquisadores).

A USP destacou, em nota, o fato de estar no topo da América Latina, “muito à frente” das demais da região. Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, afirmou que os rankings são muito competitivos e que o posicionamento deve ser uma “consequência” do trabalho. Já a Unesp disse ter ações para aumentar a internacionalização e visibilidade da produção científica.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Irregular, presidente do FNDE libera R\$ 3 bilhões

Em seu primeiro dia como presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao Ministro da Educação, João Antonio Lopes de Oliveira, assinou um despacho que libera pagamento no valor de R\$ 3 bilhões para o Fies, programa de financiamento estudantil do governo. No entanto, a indicação de Oliveira para o FNDE é considerada inválida porque foi feita pelo ministro do MEC, Ricardo Vélez Rodríguez, mas desde 2016 todas as nomeações para presidentes de autarquias devem ser feitas pelo ministro da Casa Civil, que atualmente é chefiada por Onyx Lorenzoni.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6066357/irregular-presidente-do-fnde-libera-r-3-bilhoes>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

R\$ 3 bilhões para o Fies

João Antônio Lopes de Oliveira, indicado pelo ministro da Educação, Ricardo Velèz Rodríguez, para presidir o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia ligada ao MEC, assinou ontem um despacho para pagamento do Fies - programa de financiamento estudantil do governo federal -, no valor de R\$ 3 bilhões. Mas, sua nomeação é considerada irregular porque deve ser feita pela Casa Civil, o que não ocorreu.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/empresas/6066297/curta>

topo ↕

JORNAL DO BRASIL - RJ - OPINIÃO

Uma importante âncora para a inovação

Há hoje um consenso, tanto no ambiente acadêmico como no empresarial, de que o país não avançará de modo a se tornar mais produtivo e competitivo internacionalmente se não melhorar significativamente o grau de integração entre estes dois universos. Cabe registrar que, no momento, o Brasil ocupa a 13ª posição no que se refere à produção científica, a 80ª posição no índice Global de Competitividade e o 64.º no índice Global de Inovação. Precisamos trabalhar no sentido de que melhoremos nossa posição em todos esses índices, especialmente nos dois últimos. Para tal é essencial construirmos de forma mais efetiva a integração do setor acadêmico com o setor produtivo, o que deve

ser uma real prioridade nacional.

Felizmente dispomos de um conjunto de instituições que contam com experiência e desejo de trabalharem juntas. Algumas metas devem ficar claras, como por exemplo (a) ampliar os programas de formação de recursos humanos em áreas estratégicas e em todos os níveis (papel predominante do CNPq, **Capes** e FAPs); (b) ampliar os recursos para apoio a projetos de Ciência Aplicada e de Inovação, com foco claramente estabelecido tanto nas empresas (papel da Finep de forma direta ou descentralizada, via FAPs), em instituições científicas e tecnológicas e de grupos de pesquisa (papel do CNPq e das FAPs).

Neste caso é preciso disponibilizar integralmente os recursos destinados ao Fundo Verde Amarelo, que poderá, inclusive, ser operado de forma descentralizada via FAPs com foco em desenvolvimento regional resgatando iniciativa importante do passado conhecida como Arranjos Produtivos Locais; (c) ampliar significativamente os recursos de subvenção econômica para maior apoio às empresas que apresentem projetos inovadores; (d) ampliar o Programa Inovacred, que permite à Finep realizar operações de crédito para micro e pequenas empresas de forma descentralizada, via agências estaduais de desenvolvimento ou bancos regionais de desenvolvimento. Para que tal seja possível é fundamental um aporte de capital à empresa Finep; (e) realizar ajuste da legislação do FNDCT para delegar ao seu conselho diretor o estabelecimento da taxa de juros do empréstimo que o FNDCT concede à Finep para suas operações de crédito - que deve ser a menor possível.

Mesmo na situação atual, a Finep tem tido um desempenho reconhecido pela comunidade empresarial. São milhares de exemplos que atestam seu papel em áreas como (a) Saúde, apoiando a produção de medicamentos genéricos, novos medicamentos, vacinas, kits para diagnóstico, modernização de hospitais, entre outros; (b) setor Agropecuário, tanto apoiando a pesquisa na Embrapa e instituições universitárias, como em empresas; (c) Aeronáutico, apoiando empresas fornecedoras de peças, bem como em projetos de desenvolvimento de aviões da Embraer, modernização de aeroportos, entre outros; (d) Energia, com ênfase em energias renováveis e Biodiesel.

Cabe ressaltar que, no momento, a Finep tem um histórico de financiamento de 914 projetos com um valor de R\$ 30,5 bilhões e uma carteira de empréstimo em atividade da ordem de R\$ 10,7 bilhões, tendo neste momento uma carteira de 15 projetos em análise da ordem de R\$ 347 milhões e dispõe em caixa recursos da ordem de R\$ 5,5 bilhões para novas operações. A Finep tem como fontes de recursos, além do seu patrimônio líquido, os empréstimos do FNDCT, do Funtell, do FAT e um recente empréstimo do BID de US\$ 1,5 bilhão. Enfatizo ainda que a Finep é uma empresa pública não dependente do Tesouro, sendo que o salário de seus 629 empregados e todas as despesas administrativas são cobertas com recursos da empresa.

Finalmente, lembro que no último ano a Finep lançou um conjunto expressivo de novos programas. Destaco (a) Finep IoT, disponibilizando R\$ 1,1 bilhão para apoiar projetos de empresas de desenvolvimento de produtos, processos e serviços baseados na internet das coisas e demais tecnologias que apoiem a indústria 4.0; (b) Finep Conecta, para estimular a interação entre empresas e instituições científicas; (c) Cidades Inovadoras, para projetos de mobilidade urbana, energias renováveis, saneamento, recursos hídricos; (d) Finep Cidades Inovadoras, disponibilizando R\$1 bilhão para apoiar iniciativas pelos

setores público e privado com projetos em áreas como mobilidade urbana, energias renováveis, recursos hídricos, entre outros; (e) Finep Educação, disponibilizando R\$ 500 milhões para apoio a instituições privadas de ensino que desejem aprimorar ou desenvolver novos produtos de ensino, fortalecer a pesquisa científica etc.; (f) Finep Startup, disponibilizando até R\$1 milhão por projeto, com contrato de opção de compra de ações. Até 2020 a Finep pretende apoiar até 400 startups investindo cerca de R\$ 400 milhões.

Pelo que foi exposto acima não tenho dúvidas em apontar a Finep como a principal âncora de apoio à inovação tecnológica no Brasil.

* Professor titular da UFRJ; membro da Academia Brasileira de Ciências e diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Professor do ITA deve ser nomeado presidente do CNPq

João Luiz Filgueiras de Azevedo tem mestrado e doutorado em Stanford; conselho enfrenta dificuldades financeiras

BRASÍLIA - O professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) João Luiz Filgueiras de Azevedo deve ser nomeado o novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ele é hoje pesquisador em Engenharia Mecânica na instituição.

Segundo o seu currículo na plataforma Lattes, Azevedo é pesquisador titular do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), e professor do ITA, pelo qual formou-se, em 1981, em Engenharia Aeronáutica.

Ele tem ainda mestrado e doutorado na Universidade Stanford, dos Estados Unidos.

Azevedo chegou a figurar na lista tríplice para reitoria do ITA, com os professores Ricardo Galvão e Anderson Ribeiro Corrêa, que acabou sendo escolhido para o cargo. Hoje Ribeiro é o novo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, indicado pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez.

A origem acadêmica é a mesma do astronauta e ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes.

Se for confirmado, ele encontrará o conselho em dificuldades financeiras. O CNPq é a principal agência de fomento à pesquisa científica no País. No ano passado, o então presidente, Mario Neto Borges, divulgou uma carta criticando os cortes no orçamento da instituição. “A ciência brasileira está em risco”, disse, à época.

No cargo desde 2016, Borges foi exonerado nesta terça-feira, 15, em um decreto assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e Marcos Pontes.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - TEMPO REAL

Unidades de saúde de Laranjeiras reabrem nesta semana

Os postos do Jardim Iguaçu, Cristo Rei e Água Verde estavam fechados por conta do rodízio de férias dos servidores públicos e voltarão a funcionar na próxima quinta-feira (17)

Nesta segunda-feira o vice-prefeito e secretário de saúde de Laranjeiras do Sul, Valdemir Scarpari, fez um pronunciamento a população sobre o funcionamento das unidades básicas de saúde do município. “Gostaria de comunicar a população de Laranjeiras do Sul que nesta quinta-feira, dia 17, vamos reabrir a unidade Cristo Rei, Jardim Iguaçu e a unidade de saúde Água Verde”, declarou.

As unidades ficaram fechadas por 30 dias para a organização do cronograma de férias dos servidores e funcionários. Serão fechadas por mais 30 dias outras duas unidades: Presidente Vargas e Monte Castelo.

Scarpari falou como funcionará o atendimento durante o período. “A unidade Monte Castelo será atendida pela Ubs do Jardim Iguaçu e Celeste. Já a unidade de saúde Presidente Vargas passará seu atendimento ao bairro Água Verde”, relatou o vice-prefeito e secretário de saúde.

Transporte de pacientes

Scarpari disse à população, sobre o transporte de pacientes para outros municípios. “Durante o começo de ano, a Assiscop fechará por um período, mas o transporte para tratamento de câncer em Cascavel e para Guarapuava, de hemodiálise, não parará”.

Laboratório e Vigilância Sanitária

O secretário também comentou sobre o funcionamento do Laboratório e da Vigilância Sanitária durante o recesso. “Quero deixar claro também que o Laboratório, o Capes e a Vigilância Sanitária de jeito nenhum serão fechados e as que farmácias funcionarão com a entrega de medicamentos. Os atendimentos aos sábados e domingos continuam nos hospitais São José e São Lucas, na forma de plantão”, disse Scarpari.

Mais Médicos

As Unidades que permaneceram abertas terão o reforço de novos médicos. “É claro que os médicos também saem de férias, mas como eles são todos terceirizados, geralmente pegam em torno de 10 à 15 dias apenas e nesse período não recebem. A unidade da Barão que atenderá, por exemplo, estará com mais médicos porque alguma outra unidade estará fechada em virtude de falta de funcionários de carreira (enfermeiros, técnicos de enfermagem, agente comunitário de saúde), mas na questão médica a gente estará tranquilo”, afirmou Scarpari.

Os postos de atendimento contarão ainda com os dois médicos do programa ‘Mais Médicos’, Dr. Aluísio e Dr. Sebastião, que já estão atendendo.

[topo](#)

ESPAÇO DO POVO - TEMPO REAL

Presidente do Inep é demitida; órgão será comandado por professor da FGV

A presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Maria Inês Fini, foi demitida nesta 2ª feira (14.jan.2019) do cargo. Será sucedida por Marcus Vinicius Rodrigues, ex-gestor executivo e professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O governo já havia anunciado que Maria Inês não permaneceria no cargo. O nome dela

chegou a ser ventilado para chefiar o Ministério da Educação. No entanto, questões do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2018, de responsabilidade do Inep, desagradaram ao presidente Jair Bolsonaro.

Em live no Facebook, no dia 9 de novembro, Bolsonaro defendeu que o exame deve cobrar “conhecimentos úteis”.

“No Enem não vai ter pergunta como essa no ano que vem. Vão ter questões que interessam ao futuro da nossa nação. Isso [a pergunta] estimula a briga de quem pensa diferente. Nós não queremos isso, queremos pacificar o Brasil. A escola não é pra aprender a fazer sexo. Quando o pai bota o filho na escola, quer que ele aprenda alguma coisa. [...] Queremos a normalidade”, afirmou.

O economista Murilo Resende Ferreira, ex-integrante do MBL (Movimento Brasil Livre) de Goiás, será o responsável pelo Enem.

Além de Maria Inês, foram demitidos do Inep nesta 2ª: a diretora de Estudos Educacionais, Alvana Maria Bof; a diretora de Gestão e Planejamento, Eunice Oliveira; e a diretora de Avaliação da Educação Básica, Luana Bergmann.

Os secretários e diretores do MEC, diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Abilio Afonso Baeta Neves, também foram demitidos.

Novos nomes devem ser indicados aos cargos pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez.

QUEM É O NOVO PRESIDENTE DO INEP

De acordo com seu perfil no LinkedIn, Marcus Vinicius Rodrigues é doutor em engenharia da Produção pela COPPE/UFRJ, mestre em administração de empresas pelo CEPEAD/UFMG, especialista (MBA) em formação de executivos pela ESAP/DF e engenheiro eletricitista pela EE/UFC.

Atuou durante 20 anos como executivo dos Correios e 15 na Fundação Getúlio Vargas, como gestor da FGV para os Países de Língua Portuguesa.

Marcus Vinicius Rodrigues foi ainda, durante 29 anos, diretor executivo do Caso (Centro de Aprendizagem e Soluções Organizacionais – CASO Consultores Associados).

Também atuou como professor de agosto de 1990 a dezembro de 2018 pela FGV. Além de palestrante, é o editor brasileiro da Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa (B1 no Qualis/Capes/Brasil).

topo ↕

FAROL COMUNITÁRIO - TEMPO REAL

Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão. Três pastas – Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente – ainda não concluíram suas nomeações.

Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias. As indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado.

O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil – Onyx Lorenzoni
Secretário-Executivo: Abraham Weintraub
Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim
Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral – Gustavo Bebianno
Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto
Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa
Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva
Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo – Carlos Alberto dos Santos Cruz
Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães
Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Defesa (demais secretarias não foram definidas) – general Fernando de Azevedo e Silva
Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU – André Luiz de Almeida Mendonça
Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França
Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha
Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior
Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério
Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes
Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade
Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlória Pompeu da Silva
Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer
Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros
Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU – Wagner de Campos Rosário
Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho
Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya
Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior
Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias
Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública – Sergio Moro
Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas

Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora

Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm

Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira

Presidente do Coaf: Roberto Leonel

Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena

Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon

Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) – Ernesto Araújo

Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores – Otávio Brandelli

Economia – Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guarany

Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa

Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho

Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar

Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel

Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo

Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) – Roberto Campos Neto

Infraestrutura – Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio

Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa

Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior

Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni

Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) – Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura – Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia

Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques

Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal

Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior

Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional – Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto
Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro
Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves
Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo
Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro
Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves
Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda.

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) – Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos – Damares Alves
Secretário-executivo: Sérgio Carazza
Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz
Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins
Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade
Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva
Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa
Secretaria da Mulher: Tia Eron
Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira
Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania – Osmar Terra
Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga
Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra
Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires
Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira
Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde – Luiz Henrique Mandetta
Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass
Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta
Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)
Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna
Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber
Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro
Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini – (mantido da gestão Temer)

Educação – Ricardo Vélez Rodríguez
Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli
Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi
Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida
Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin
Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da **CAPES**: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSEERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo – Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio “Totó” Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington “Bob” dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

[topo](#)

FOLHA PA - TEMPO REAL

Presidente do Inep é exonerada; assume o cargo professor da FGV

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini, foi exonerada do cargo hoje (14). O novo presidente será Marcus Vinicius Rodrigues, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). Também foram exonerados diretores e secretários do Ministério da Educação (MEC) e autarquias.

O governo já havia anunciado que Maria Inês não permaneceria no cargo. O seu nome chegou a ser ventilado para chefiar o Ministério da Educação (MEC). Mas questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018, que é de responsabilidade do Inep, desagradaram o presidente Jair Bolsonaro, que defendeu que o exame deve cobrar “conhecimentos úteis”.

O economista Murilo Resende Ferreira, ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) de Goiás, será o responsável pelo Enem.

Além de Maria Inês, foram exoneradas também do Inep nesta segunda-feira (14) a diretora de Estudos Educacionais, Alvana Maria Bof; a diretora de Gestão e Planejamento, Eunice Oliveira; e a diretora de Avaliação da Educação Básica, Luana Bergmann.

Foram exonerados ainda secretários e diretores do MEC, diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Abilio Afonso Baeta Neves.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

[topo](#)

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Sistema do Inep já está aberto para coleta de dados do Censo de 2018

Todas as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, já podem declarar seus dados no Censo da Educação Superior 2018. O Sistema Censup foi disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Mec, na segunda-feira, 14, e ficará aberto até 26 de abril. A coleta de dados é realizada diretamente no Sistema Censup.

O preenchimento dos dados é de responsabilidade do Pesquisador Institucional (PI), representante oficial da IES junto ao Inep. É o PI que responde aos questionários eletrônicos do Sistema Censup, verifica e corrige possíveis inconsistências dos dados declarados, além de responder, no limite de suas atribuições, a questionamentos do Inep referentes ao Censo da Educação Superior.

Capacitação – O Inep promoverá uma capacitação a distância para os (PIs) e Auxiliares Institucionais (AI). O objetivo é qualificá-los para assegurar a correta inserção dos dados. O treinamento é indispensável para os PIs que realizarão o preenchimento do Censo da Educação Superior pela primeira vez. As inscrições para a capacitação estão disponíveis apenas para as IES com o cadastro do PI atualizado.

Censo da Educação Superior – Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior reúne informações sobre as IES, cursos, docentes e alunos. O preenchimento do Censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das IES em programas do Ministério da Educação, como o Prouni, o Fies e as bolsas da **Capes**. Como forma de aprimorar a qualidade das análises realizadas, os dados trazem as informações de alunos e profissionais individualmente. Ou seja, permite que as políticas do setor e seus participantes sejam acompanhados de maneira minuciosa. O Censo subsidia ainda a Avaliação da Educação Superior, sendo insumo para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), Indicadores da Qualidade da Educação Superior divulgados pelo Inep.

Assessoria de Comunicação Social

Plano Anual de Contratações Públicas – A nova IN nº 1, de 10 de janeiro de 2019
11 e 12 de março de 2019 / Brasília – DF

Curso Especial sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e a elaboração e execução do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações, de caráter obrigatório a partir de 2019, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, com objetivo de induzir melhorias na governança, gestão e transparência das contratações públicas – maximização dos resultados institucionais. Fulcro na nova IN nº 1, de 10 de janeiro de 2019, revoga IN nº 1/SEGES/MPDG/2018.

topo ↕

ITAPORA NEWS - TEMPO REAL

Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro

Apenas três ministérios Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente ainda não concluíram suas nomeações

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão.

CLIPPING



Três pastas - Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente- ainda não concluíram suas nomeações. Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias.

Já as indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado. O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil - Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral - Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo - Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Defesa (demais secretarias não foram definidas) - general Fernando de Azevedo e Silva

Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU - André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior

Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério

Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes

Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlândia Pompeu da Silva

Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros

Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU - Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya

Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias

Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública - Sergio Moro

Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas

Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora

Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm

Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira

Presidente do Coaf: Roberto Leonel

Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena

Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon

Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

CLIPPING



Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) - Ernesto Araújo

Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores - Otávio Brandelli

Economia - Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guaranys

Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa

Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho

Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar

Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel

Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo

Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) - Roberto Campos Neto

Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio

Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa

Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior

Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni

Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) - Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura - Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia

Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques

Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal

Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior

Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional - Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro

Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves

Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro

Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Ciência e Tecnologia - Marcos Pontes

Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto

Chefe de gabinete: Celestino Todesco

Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales

Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto

Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral

Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) - Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos - Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania - Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde - Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini - (mantido da gestão Temer)

Educação - Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da CAPES: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo - Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio "Totó" Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington "Bob" dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

Com informações da Folhapress.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Professor do ITA deve ser nomeado presidente do CNPq

João Luiz Filgueiras de Azevedo tem mestrado e doutorado em Stanford; conselho enfrenta dificuldades financeiras

BRASÍLIA - O professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) João Luiz Filgueiras de Azevedo deve ser nomeado o novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ele é hoje pesquisador em Engenharia Mecânica na instituição.

Segundo o seu currículo na plataforma Lattes, Azevedo é pesquisador titular do Instituto

de Aeronáutica e Espaço (IAE), do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), e professor do ITA, pelo qual formou-se, em 1981, em Engenharia Aeronáutica.

Ele tem ainda mestrado e doutorado na Universidade Stanford, dos Estados Unidos. Azevedo chegou a figurar na lista tríplice para reitoria do ITA, com os professores Ricardo Galvão e Anderson Ribeiro Corrêa, que acabou sendo escolhido para o cargo. Hoje Ribeiro é o novo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, indicado pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez.

A origem acadêmica é a mesma do astronauta e ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes.

Se for confirmado, ele encontrará o conselho em dificuldades financeiras. O CNPq é a principal agência de fomento à pesquisa científica no País. No ano passado, o então presidente, Mario Neto Borges, divulgou uma carta criticando os cortes no orçamento da instituição. "A ciência brasileira está em risco", disse, à época.

No cargo desde 2016, Borges foi exonerado nesta terça-feira, 15, em um decreto assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, e Marcos Pontes.

topo ↕

TRIANGULO NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Presidente do Inep é exonerada; assume o cargo professor da FGV

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini, foi exonerada do cargo hoje (14). O novo presidente será Marcus Vinicius Rodrigues, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). Também foram exonerados diretores e secretários do Ministério da Educação (MEC) e autarquias.

O governo já havia anunciado que Maria Inês não permaneceria no cargo. O seu nome chegou a ser ventilado para chefiar o Ministério da Educação (MEC). Mas questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018, que é de responsabilidade do Inep, desagradaram o presidente Jair Bolsonaro, que defendeu que o exame deve cobrar "conhecimentos úteis".

O economista Murilo Resende Ferreira, ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) de Goiás, será o responsável pelo Enem.

Além de Maria Inês, foram exoneradas também do Inep nesta segunda-feira (14) a diretora de Estudos Educacionais, Alvana Maria Bof; a diretora de Gestão e Planejamento, Eunice Oliveira; e a diretora de Avaliação da Educação Básica, Luana Bergmann.

Foram exonerados ainda secretários e diretores do MEC, diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Abilio Afonso Baeta Neves.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Programa Inglês sem Fronteiras (IsF - Inglês)

O Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF - Inglês) em dezembro de 2012 para atender as demandas do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e, conseqüentemente, de outros programas de intercâmbio governamentais de maneira mais rápida e eficiente.

Com o início do CsF, em 2011, percebeu-se que muitas bolsas estavam ficando ociosas pelo fato dos estudantes não dominarem a língua do país que a concedia, que em sua maioria é o inglês (anglófonos). Assim, as ofertas para os países de língua portuguesa e espanhola estavam com uma concorrência grande.

Em novembro de 2014 o MEC lançou o programa Idiomas sem Fronteiras para ampliar o ensino de outras línguas no Brasil. Dessa maneira, o Inglês sem Fronteiras tornou-se uma ramificação do novo projeto, que também se apropriou da sigla IsF. Esta, a partir de agora, será usada juntamente com a língua a que se refere na frente.

Inicialmente são três ações principais do programa: o apoio virtual pelo curso My English Online (MEO), com a distribuição de senhas de acesso a estudantes de graduação e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) do país; aplicação de exames de proficiência; e cursos presenciais de inglês por meio de Núcleos de Línguas (NucLi) de 43 universidades federais credenciadas.

Participantes

Tanto alunos de graduação quanto os de pós-graduação stricto sensu de instituições de ensino superior públicas e privadas podem participar do IsF, mas há algumas distinções. Estudantes de cursos das áreas elegíveis ao CsF estão aptos para participação nas três ações citadas acima.

Alunos de todas as áreas podem participar do MEO e da aplicação de testes de proficiência. Por sua vez, os estudantes de universidades privadas de qualquer área precisam ter obtido pontuação igual ou superior a 600 no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de 2010 para atuar no MEO.

Já pós-graduandos stricto sensu de instituições públicas ou privadas com programas credenciados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** também estarão aptos ao MEO. Candidatos ao CsF ou outros programas da **Capes** que exijam no edital o exame TOEFL ITP, poderão fazê-lo sem custo.

Cursos presenciais

De 30 a 120 dias é a duração dos cursos presenciais, que possuem carga horária de quatro aulas de uma hora, distribuídas em pelo menos dois encontros semanais, em locais e horários definidos pela universidade credenciada. Para estudantes com maior nível de proficiência, haverá oferta de cursos de 16, 32, 48 e 64 horas. Para o primeiro semestre de 2014 a oferta foi de 9.225 vagas.

Há prioridade nestes cursos para alunos de graduação de cursos pertencentes às áreas do CsF; que tenham feito o Enem a partir de 2010 com média superior a 600 pontos, incluindo a redação; que concluíram até 80% da carga horária total do curso; que possuam maior índice de rendimento acadêmico e sejam bolsistas ou ex-bolsistas do Programa Jovens Talentos para a Ciência.

MEO

O cadastro no sistema é feito através dessa página. Inicialmente deverá ser feito um teste de nivelamento para o My English Online, o resultado indicará em qual dos cinco níveis o aluno deve entrar. Cada nível contém três partes e abrange atividades com e-Book, vídeo, gramática e leituras.

No final de cada parte, o usuário deverá fazer um Teste de Progresso como preparação para a Prova Final do nível. Assim, em cada nível serão dois Testes de Progresso e uma prova final. O estudante poderá ficar no máximo 15 dias sem acessar a plataforma digital, após esse limite o login será bloqueado.

Exames de proficiência

Os testes aplicados até o momento foram realizados por demanda específica da **Capes** para auxiliar as inscrições dos estudantes para o CsF, ou seja, já havia uma listagem de estudantes determinados para realizar o exame, não tendo sido abertas as inscrições para demais estudantes.

Para inscrição aos testes, haverá um sistema específico no site do Inglês sem Fronteiras. O exame vale como proficiência quando indicado pelo edital do CsF. Caso contrário, o TOEFL ITP vale apenas como nivelamento da proficiência do estudante.

Informações complementares podem ser conferidas na Portaria do IsF, na página oficial do programa, abrindo uma demanda aqui ou ainda pela Central de Atendimento do MEC, pelo telefone 0800-616161.

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Regra federal deve tirar validade de parte das nomeações no MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, designou, sem ter competência legal para isso, dois nomes para os cargos de presidente substituto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), nesta terça-feira, 15.

Segundo um decreto em vigor desde julho de 2016, só o ministro-chefe da Casa Civil tem competência para nomeações e designações desse tipo de funções de confiança. Com a situação, problemas burocráticos ameaçam até repasses de verbas da Educação a Estados e municípios.

Por causa do decreto, não têm efeito legal as duas portarias assinadas por Vélez designando os substitutos para a presidência das autarquias. Ele havia nomeado Carlos Eduardo Moreno Sampaio para o comando do Inep e João Antônio Lopes de Oliveira, para o FNDE.

Nos últimos dias, a Casa Civil e o Ministério da Educação (MEC) exoneraram a chefia dos dois órgãos, incluindo os presidentes e diretores. No caso do FNDE, a situação é ainda mais crítica já que o ministro exonerou na sexta-feira, 11, Rogério Fernando Lot, chefe de gabinete que estava no cargo de presidente substituto.

Situação pode paralisar repasses do FNDE a Estados, municípios e escolas

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que há o risco de paralisação dos repasses do FNDE para Estados, municípios e escolas públicas. O órgão é responsável, por exemplo, por programa de transferências a municípios, como o de merenda, e pelo Financiamento Estudantil (FIES).

Quem deve assinar a liberação dessas verbas é quem ocupa a presidência do órgão - presidente, presidente substituto ou assessoria da presidência, todos cargos que estão desocupados no momento. Já estaria na fila de pagamentos da autarquia desde sexta-feira, a primeira recompra de títulos do Fies 2019.

Pelo Decreto 8.821, em vigor desde julho de 2016, somente o ministro-chefe da Casa Civil tem competência para os atos de nomeação de cargos em comissão ou de designação de funções de confiança no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional de nível equivalente a 5 e 6 do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS). Os cargos para o qual Oliveira e Sampaio foram designados pelo ministro são de nível 6.

No caso dos ministros, o decreto diz que, no âmbito dos respectivos órgãos e entidades supervisionadas, eles têm competência para as nomeações de cargos efetivos em decorrência de habilitação em concurso público e para nomeação de cargos em comissão ou designação de outras funções de confiança distintas das privativas da Casa Civil.

A reportagem procurou o MEC e a Casa Civil, mas não obteve resposta até as 15 horas desta terça.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Ministro da Educação nomeia novos presidentes do FNDE e do Inep sem poder Cabe ao ministro-chefe da Casa Civil designar pessoas para esses cargos

Após exonerar Maria Inês Fini da presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) na última segunda-feira (14) e Rogério Lot da presidência interina do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na última sexta-feira (11), o governo Bolsonaro resolveu nomear novas pessoas para os cargos.

Eduardo Bolsonaro/Reprodução Mais uma confusão para a gestão do colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Vélez Rodríguez, colocado à frente do MEC por Bolsonaro

O responsável por designar, nesta terça-feira (15), os novos presidentes tanto do Inep (Carlos Eduardo Moreno) quanto do FNDE (João Antônio Lopes de Oliveira) foi Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação. No entanto, ele não tem competência legal para fazer isso. Já que, de acordo com o decreto nº 8.821/2016, esse tipo de nomeação cabe ao ministro-chefe da Casa Civil, que é Onyx Lorenzoni.

Dessa maneira, as duas portarias assinadas por Ricardo Vélez Rodríguez com as nomeações não teriam efeito. O imbróglio poderia causar problemas em repasses de verbas por parte do FNDE para estados, municípios e o DF, já que o presidente do órgão é quem deve assinar e autorizar essas transferências. Sem um comando válido, os envios financeiros podem se paralisar.

Na última sexta-feira (11), foram exonerados do FNDE tanto o presidente interino, Rogério Lot, quanto outros nove servidores. Eles foram desligados após polêmica com relação ao edital de livros didáticos para escolas públicas. Alterações no documento foram publicadas no Diário Oficial em 2 de janeiro, trazendo mudanças como a retirada dos termos “quilombolas” e “violência contra a mulher” das orientações de temas a serem abordados nas obras e, depois, foram anuladas. O ministro da Educação negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão e que investigaria o caso.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Governo atrasa repasse de R\$ 5,6 milhões para 220 escolas do DF
Dinheiro deveria ter sido entregue no semestre passado. Secretaria de Educação diz articular com Fazenda, mas não tem previsão de data.**

Faltando menos de um mês para o início do ano letivo, 220 escolas públicas do Distrito Federal ainda não receberam o repasse financeiro para pequenas compras e reformas. Ao todo, R\$ 5,6 milhões deveriam ter sido entregues no segundo semestre de 2018, diretamente aos diretores.

Até esta segunda-feira (14), o governo não tinha sequer previsão de data para o repasse. Ao G1, a Secretaria de Educação reconheceu que as 220 escolas enviaram os processos "devidamente instruídos e em tempo hábil", e disse articular o pagamento com a Secretaria de Fazenda.

O dinheiro corresponde à segunda parcela do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf). As escolas usam esse recurso para comprar materiais de limpeza e pedagógicos, adquirir equipamentos e pagar pequenas reformas.

A liberação dos recursos do Pdaf, para cada exercício, é condicionada à prestação de contas dos anos anteriores ao da solicitação.

Faltou orçamento

O atraso, segundo o governo, ocorreu porque não havia créditos no Orçamento de 2018 do DF para o repasse. Questionado, o Palácio do Buriti não informou o motivo dessa "ausência".

A Secretaria de Educação também diz estar em negociação para assegurar o repasse do primeiro semestre de 2019. O dinheiro costuma ser entregue às escolas no início do semestre letivo, previsto para começar em 11 de fevereiro.

O diretor do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) Samuel Fernandes diz que as escolas estão enfrentando uma “situação crítica” e “vão começar o ano com muitas dificuldades”.

“O dinheiro do PDAF é fundamental para os colégios realizarem pequenas reformas e compras de materiais pedagógicos. Sem esse recurso, as escolas ficam sem condições de comprar papel, pincéis, gás para o lanche dos alunos e até papel higiênico.”

Quem já recebeu?

Segundo o GDF, 211 colégios que entregaram a documentação até 31 de outubro de 2018 receberam o recurso do Pdaf. Atualmente, a rede pública do DF tem 680 escolas,

distribuídas por 14 regionais de ensino.

Pdaf

Criado por um decreto em 2007, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf) repassa recursos diretamente para escolas públicas do DF e virou lei em 2017.

O dinheiro é previsto na Lei Orçamentária Anual do DF. Já os critérios para distribuição entre as escolas e coordenações são estabelecidos pela Secretaria de Educação.

Em média, o recurso equivale a R\$ 55 por aluno, mas o valor varia de acordo com as etapas de ensino. As escolas de educação básica recebem valores maiores que as escolas técnicas, por causa do número de estudantes frequentes.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Oficial do DF será subsecretária de Fomento às Escolas Militares

A tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Márcia Amarilio trabalhou no governo de transição de Jair Bolsonaro no CCBB

Primeira mulher a ser convidada para o governo de transição de Jair Bolsonaro (PSL), a tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) Márcia Amarilio da Cunha Silva será subsecretária de Fomento às Escolas Cívico-Militares da Secretaria de Educação Básica do governo federal.

Entre as responsabilidades da oficial está a de tocar uma das principais propostas de Bolsonaro para a educação: construir ao menos um colégio militar destinado à educação básica em todas as capitais do país. Durante a campanha, o então candidato do PSL prometeu cumprir essa meta em dois anos.

A gestão escolar da subsecretaria vai envolver militares e civis, em modelo que será replicado aos estados e municípios de forma voluntária.

O pedido de cessão da profissional para a secretaria do Ministério da Educação (MEC) já foi enviado ao governador Ibaneis Rocha (MDB) pelo ministro da pasta, Ricardo Vélez Rodríguez.

Transição

Márcia Amarilio integrou o grupo de militares que apoiou abertamente a campanha de Jair Bolsonaro. À frente desse time esteve o general Augusto Heleno, atual chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Ela foi nomeada no dia 6 de novembro de 2018 para o governo de transição, logo no início dos trabalhos, que duraram oito semanas no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

Márcia Amarilio já trabalhou junto ao poder público como chefe da assessoria parlamentar do Corpo de Bombeiros, durante sete anos, e também no Congresso Nacional, por outros 15.

CADA MINUTO - TEMPO REAL

Internacionalização e Inovação: temos que avançar

Em janeiro de 2015, assumimos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, designado pelo governador Renan Filho para realizar algumas mudanças de condução na instituição, torna-la ainda mais conhecida do público comum,

estabelecer ações de transparência nas políticas, ampliar as relações com a comunidade acadêmica e científica do estado, estreitar mais as parcerias dessa comunidade com o governo, através de contribuições ao aprimoramento das políticas públicas, e buscar apoio no governo federal para as políticas específicas.

Foram quatro anos de aprendizados, construção de uma nova cultura de incentivos à ciência, tecnologia e inovação e vários avanços. Nesse período alguns resultados importantes foram alcançados e cerca de 55 milhões de reais de investimentos permitiram: 50 editais públicos lançados e executados na plenitude, 17 em cooperação internacional (França, Grã-Bretanha, Itália, Comunidade Europeia); apoio e fomento à 152 eventos científicos, acadêmicos e tecnológicos, entre eles a 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; incentivo e financiamento para 140 cientistas participarem de encontros e congressos, com 61 destinos internacionais; 750 projetos de pesquisas contratados e pagos integralmente; mais de 3.000 bolsas concedidas nas modalidades extensão tecnológica, iniciação científica, mestrado, doutorado, pesquisa e fixação de cientistas; e, apoio à produção e lançamento de 80 livros acadêmicos.

Entre 2015 e 2017, segundo dados da Web of Science, a produção acadêmica das instituições de ensino superior de Alagoas em revistas científicas e qualificadas, cresceu 75%, contra 35% no período 2010-2014. Em apenas 3 anos foram 1.551 artigos produzidos e publicados (média de 513,7), enquanto nos cinco anos anteriores foram 1.436 (média de 287,2). Essa evolução é uma das principais demonstrações de que a comunidade acadêmica e científica respondeu, positivamente, às políticas de incentivos e fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I do governo estadual. No quesito produção acadêmica, podemos afirmar, com expectativas favoráveis, que avançaremos mais porque muitas pesquisas estão em fase de desenvolvimento e seus resultados serão apresentados em congressos e publicados nas revistas especializadas.

Importa ressaltar que esses avanços foram conquistados em um momento de “maré vazante” para as áreas de ciência, tecnologia e inovação no país. Especialmente a partir de 2015, as principais agências federais de fomento foram gradativamente perdendo espaço no orçamento público federal e instituições como **Capes** e CNPq trabalharam no limite para garantir o trivial de seus compromissos. Em 2015, por exemplo, o custeio de todo o sistema de pós-graduação brasileiro foi cortado em 75%. De lá para cá nunca foi constituído aos níveis anteriores.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, principal fonte de financiamento à infraestrutura de C,T&I e subvenção de programas estratégicos, especialmente para inovação, está contingenciado desde 2015.

Portanto, as políticas de austeridade adotadas no âmbito federal derrubaram os investimentos do país em C,T&I, promovendo a diminuição deles no PIB para cerca de 1%, apenas. Ao que parece, as expectativas não são favoráveis ainda hoje.

Então, o esforço realizado pelo Governo de Alagoas, através da Fapeal, não deve ser minimizado e ele só foi possível, principalmente, porque a política de austeridade praticada “pelas bandas de cá” não foi às custas de cortes draconianos que sacrificam políticas sociais e investimentos públicos.

O estado de Alagoas alcançou as primeiras posições no ranking nacional em solidez fiscal graças, em termos gerais, a: inovação na gestão das finanças públicas (tesouro e receita estadual); renegociações com o governo federal, especialmente na revisão dos termos e compromissos com a dívida pública, com apoio imprescindível do Congresso Nacional, através do Senador Renan Calheiros; ajustes e adoção de novas tecnologias na área tributária; revisão de contratos, cortes de desperdícios e a primazia de quadros técnicos em postos chaves da administração pública, que exigem maior controle e planejamento na execução financeira e orçamentária etc..

Portanto, as opções há quatro anos para a política de ciência, tecnologia e inovação em Alagoas, executada pela Fapeal, estavam dadas, também, pelas próprias circunstâncias. Mesmo sendo impossível substituir o governo federal em sua missão de apoiar, financiar e executar programas nacionais e grandes projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, especificamente por intermédio do MCTIC e agências federais, era importante construir uma estratégia para que a ciência e a pesquisa do estado não entrassem em relativo colapso. Dessa forma, investir, especialmente em nosso sistema estadual de pós-graduação, foi imprescindível.

Contamos com 67 cursos de pós-graduação em Alagoas. São 47 mestrados (14 profissionais e 33 acadêmicos), 20 doutorados (6 em parcerias com instituições de ensino externas). O acordo de cooperação técnica e acadêmica celebrado entre Fapeal e **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, em 28 de abril de 2017, no valor global de 38 milhões de reais, foi um passo muito importante para garantir o fornecimento, até 2022, de bolsas de mestrado e doutorado para o sistema estadual de pós-graduação acadêmico. O acordo anterior que vigorou até 2016 foi de 22 milhões, 72% inferior.

Entretanto, dois aspectos são essenciais para continuidade dos avanços nas áreas de C,T&I em Alagoas. O primeiro deles, é superar as etapas de ampliação do sistema de pós-graduação em nossas instituições de ensino superior, que cresce ano a ano, direcionando nossas energias e recursos para consolidar os programas, incentivando estratégias e ações que permitam condições mais favoráveis para que as notas no ranking nacional se elevem e esses programas possam alcançar níveis de excelência internacional, com parcerias científicas, produção e cooperação acadêmica com outros países e suas instituições de ensino e pesquisa.

Mais do que a quantidade de trabalhos produzidos, importa que os mesmos sejam desenvolvidos e publicados em colaboração com pesquisadores de outros países. Estudos recentes comprovam a correlação muito forte entre a colaboração internacional e o aumento do fator de impacto da produção científica desenvolvida entre as áreas de conhecimento e instituições envolvidas, contribuindo, assim, para melhor inserção nos rankings, nacional e internacional, das universidades (Pedrosa & Pereira, 2018; Santos, 2018).

Portanto, a elaboração de uma estratégia de qualificação dos programas de pós-graduação alagoano e maior interação internacional, se colocam como condições muito importantes. Na última avaliação da **Capes**, em 2017, na região Nordeste apenas os estados do Piauí e de Alagoas não evoluíram para programas com notas 6 e 7, considerados de excelência em nível internacional. Faz-se necessário, portanto, discutir esse assunto com as instituições de ensino superior que contam com pós-graduação

stricto sensu e definir, rapidamente, uma plataforma de ações, com metas e resultados esperados.

Numa estratégia dessa natureza é importante levar em consideração, por exemplo: quantidade de artigos publicados em revistas no 1%, 10% e 50% em cada área específica ou consideradas pelo Academic Ranking of World Universities (ARWU); artigos incluídos nos bancos de dados Web of Science e Scopus; porcentagem de artigos publicados com um autor de uma instituição estrangeira ou em coautoria com um parceiro não-acadêmico; número de patentes outorgadas; número de convênio ou cooperação assinados com o setor produtivo; backlinks ao site dos cursos dos programas de pós-graduação e das instituições; número de docentes em tempo integral (Marcovitch, 2018).

O segundo aspecto importante se refere aos incentivos às iniciativas de empreendedorismo e de inovação tecnológica em Alagoas. Muito já se fez para que o estado caminhasse a passos mais largos no sentido das experiências já conhecidas de construção de ecossistemas de inovação, a exemplo do Porto Digital, em Recife, e o Parque Tecnológico da Paraíba, em Campina Grande, hoje referência nacional (Pierro, 2019). O ex-secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, prof. Eduardo Setton (2010-2014) conseguiu, com muito êxito, liderar um movimento na direção do empreendedorismo inovador e na construção de um Plano Estadual de C,T&I, apropriado para a época e ao contexto das condições financeiras, tanto local quanto nacional.

Nesses quatro anos batemos os 4 cantos do país, inclusive na França, conhecendo modelos de parque tecnológicos, modelos de gestão e governança. No Brasil, o ecossistema de Santa Catarina tem inspirado vários outros projetos, inclusive o nosso. Liderado pela Fundação Certi, vinculada a UFSC, o estado sulista tem surpreendido o país em empreendedorismo tecnológico e, com isso, atraído grandes e importantes empresas, nacionais e estrangeiras. A Fundação Certi tem tratado com a Secretaria de Estado de C,T&I de Alagoas sobre o modelo de Polo Tecnológico mais apropriado.

Nesse sentido, o Polo Tecnológico de Tecnologia da Informação, Comunicação e Economia Criativa do Jaraguá pode se tornar um equipamento extraordinário de aglutinação dos potenciais de inovação do estado, especialmente se conseguir construir as pontes entre os setores produtivos, empresários e jovens empreendedores, e o sistema de pós-graduação do estado, portanto, universidades, centros universitários, instituto federal de Alagoas e faculdades.

Em 2017 a Fapeal estabeleceu com o CNPq uma importante parceria, na forma de piloto no país, para lançamento de edital no valor de 1,8 milhão de reais com objetivo de fortalecimento do sistema regional de inovação em Alagoas, através da concessão de bolsas de doutorado, mestrado e iniciação científica envolvidos em projetos de cooperação entre instituições de pesquisa e empresas instaladas no estado. O que chamamos de Programa de Pesquisa Pós-Graduação-Empresas – PPG-Empresa é uma iniciativa para conectar as universidades aos setores produtivos no estado.

O PPG-Empresa também objetiva criar novas fontes alternativas de financiamento à ciência no estado, comprometendo os segmentos privados com projetos de inovação e desenvolvimento tecnológicos que permitam aumentar suas competências empresariais,

algo muito comum em instituições como a USP, Unicamp, MIT, Universidade de Berkeley, Universidade de Davis etc. (Brito Cruz, 2018).

Para incrementar esse aspecto do desenvolvimento tecnológico, empreendedorismo e inovação em Alagoas, também em 2017 o governador Renan Filho, através da Fapeal, assumiu dois importantes compromissos com a Financiadora de Projetos e Pesquisas – FINEP. Apoiar duas grandes ações: o Programa de Apoio à Inovação Tecnológica – Programa Tecnova II e, pela primeira vez, o Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores – Programa Centelha.

Enquanto o Programa Tecnova II apoiará, através de subvenção econômica, empresas de médio porte já constituídas em projetos de inovação tecnológica de produtos e processos, o Programa Centelha promoverá cerca de 40 novas empresas de base tecnológica que possam atuar em vários segmentos, como saúde, tecnologia da informação, energia e meio ambiente, biotecnologia, design, moda, audiovisual, gestão, tecnologias sociais, materiais, mecatrônica etc.

Os três programas, PPG-Empresa, Tecnova II e Centelha, portanto, somam um funding de 4,6 milhões de reais em investimentos, constituído pela Fapeal, Finep e Sebrae, a ser aplicado em 2019. Eles certamente movimentarão os núcleos de inovação tecnológica – NIT instalados nas instituições de ensino superior, cursos de pós-graduação, micro, pequenos e médios empresários, ajudando a constituir uma cultura mais ampla de empreendedorismo tecnológico, fortalecimento dos arranjos produtivos locais, especialmente em tecnologias, das incubadoras de empresas, criação de aceleradoras e, finalmente, dando caráter dinâmico ao Polo Tecnológico de Tecnologia da Informação, Comunicação e Economia Criativa do Jaraguá mais à frente.

Essas ações poderão, novamente, rearticular interesses, projetos e sonhos que convergem para a necessidade de uma Alagoas mais diversificada economicamente, com geração de oportunidades, empregos e renda em níveis mais elevados. Elas não serão possíveis sem a parceria efetiva de instituições como a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo, a Secretaria de Estado de C,T&I, a Federação das Indústrias de Alagoas, o Instituto Evaldo Lodi, a Federação de Comércio de Alagoas, o Sebrae, a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO/AL, e a colaboração das Universidades, dos Centros Universitários, das Faculdades, da Associação Comercial de Alagoas e do Conselho de Jovens Empreendedores de Alagoas.

Alagoas não pode desestimular seu potencial criativo. Ele deve ser valorizado, pois muitos de nossos problemas podem contar com a genialidade e inventividade de nosso povo. Devemos superar a barreira do vira-latismo, nos termos de Guiannetti (2018), nos dando as chances e possibilidades de ousarmos. Temos muito potencial para isso, se não em grandes e significativos avanços científicos e tecnológicos, que nosso sistema acadêmico e científico e segmentos econômicos de base tecnológica, possam, especialmente, adequar, adaptar à nossa realidade e aos nossos desafios, aquilo que os outros inventam, descobrem, fazem avançar, em várias áreas, disciplinas e atividades produtoras de riqueza.

Bibliografia de apoio

BRITO CRUZ, Carlos Henrique de. Indicadores sobre Interação Universidade-Empresa

em Pesquisa em São Paulo. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). Repensar a Universidade. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

GOLDEMBERG, José. Ciência, Desenvolvimento e Universidade. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). Repensar a Universidade. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

GUINETTI, Eduardo. O Elogio do Vira-Lata. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PEDROSA, Renato H. L.; PEREIRA, Micael Waldheman. Avaliação da Pós-Graduação, Publicações Científicas e Rankings Internacionais. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). Repensar a Universidade. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

PIERRO, Bruno de. O Desafio de Transferir Conhecimento. Revista Pesquisa Fapesp, São Paulo: Fapesp, nº 275, janeiro de 2019.

SANTOS, Solange Maria dos. Rankings Internacionais de Universidades: comparação e desempenho por áreas. In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). Repensar a Universidade. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2018.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - TEMPO REAL

Unidades de saúde de Laranjeiras reabrem nesta semana

Os postos do Jardim Iguaçu, Cristo Rei e Água Verde estavam fechados por conta do rodízio de férias dos servidores públicos e voltarão a funcionar na próxima quinta-feira (17)

Nesta segunda-feira o vice-prefeito e secretário de saúde de Laranjeiras do Sul, Valdemir Scarpari, fez um pronunciamento a população sobre o funcionamento das unidades básicas de saúde do município. “Gostaria de comunicar a população de Laranjeiras do Sul que nesta quinta-feira, dia 17, vamos reabrir a unidade Cristo Rei, Jardim Iguaçu e a unidade de saúde Água Verde”, declarou.

As unidades ficaram fechadas por 30 dias para a organização do cronograma de férias dos servidores e funcionários. Serão fechadas por mais 30 dias outras duas unidades: Presidente Vargas e Monte Castelo.

Scarpari falou como funcionará o atendimento durante o período. “A unidade Monte Castelo será atendida pela Ubs do Jardim Iguaçu e Celeste. Já a unidade de saúde Presidente Vargas passará seu atendimento ao bairro Água Verde”, relatou o vice-prefeito e secretário de saúde.

Transporte de pacientes

Scarpari disse à população, sobre o transporte de pacientes para outros município. “Durante o começo de ano, a Assiscop fechará por um período, mas o transporte para tratamento de câncer em Cascavel e para Guarapuava, de hemodiálise, não parará”.

Laboratório e Vigilância Sanitária

O secretário também comentou sobre o funcionamento do Laboratório e da Vigilância Sanitária durante o recesso. “Quero deixar claro também que o Laboratório, o Capes e a Vigilância Sanitária de jeito nenhum serão fechados e as que farmácias funcionarão com a entrega de medicamentos. Os atendimentos aos sábados e domingos continuam nos

hospitais São José e São Lucas, na forma de plantão”, disse Scarpari.

Mais Médicos

As Unidades que permaneceram abertas terão o reforço de novos médicos. “É claro que os médicos também saem de férias, mas como eles são todos terceirizados, geralmente pegam em torno de 10 à 15 dias apenas e nesse período não recebem. A unidade da Barão que atenderá, por exemplo, estará com mais médicos porque alguma outra unidade estará fechada em virtude de falta de funcionários de carreira (enfermeiros, técnicos de enfermagem, agente comunitário de saúde), mas na questão médica a gente estará tranquilo”, afirmou Scarpari.

Os postos de atendimento contarão ainda com os dois médicos do programa ‘Mais Médicos’, Dr. Aluísio e Dr. Sebastião, que já estão atendendo.

topo ↕

CRUB - TEMPO REAL

PRESIDENTE DO INEP É EXONERADA; ASSUME O CARGO PROFESSOR DA FGV

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini, foi exonerada do cargo nesta segunda-feira (14). O novo presidente será o engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). Também foram exonerados diretores e secretários do Ministério da Educação (MEC) e autarquias.

O governo já havia anunciado que Maria Inês não permaneceria no cargo. O seu nome chegou a ser ventilado para chefiar o Ministério da Educação (MEC). Mas questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018, que é de responsabilidade do Inep, desagradaram o presidente Jair Bolsonaro, que defendeu que o exame deve cobrar “conhecimentos úteis”.

O economista Murilo Resende Ferreira, ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) de Goiás, será o responsável pelo Enem.

Além de Maria Inês, foram exoneradas também do Inep, a diretora de Estudos Educacionais, Alvana Maria Bof; a diretora de Gestão e Planejamento, Eunice Oliveira; e a diretora de Avaliação da Educação Básica, Luana Bergmann.

Foram exonerados ainda secretários e diretores do MEC, diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Abilio Afonso Baeta Neves.

topo ↕

ESPAÇO DO POVO - TEMPO REAL

Presidente do Inep é demitida; órgão será comandado por professor da FGV

A presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Maria Inês Fini, foi demitida nesta 2ª feira (14.jan.2019) do cargo. Será sucedida por Marcus Vinicius Rodrigues, ex-gestor executivo e professor da FGV (Fundação Getulio Vargas).

O governo já havia anunciado que Maria Inês não permaneceria no cargo. O nome dela chegou a ser ventilado para chefiar o Ministério da Educação. No entanto, questões do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2018, de responsabilidade do Inep,

desagradaram ao presidente Jair Bolsonaro.

Em live no Facebook, no dia 9 de novembro, Bolsonaro defendeu que o exame deve cobrar “conhecimentos úteis”.

“No Enem não vai ter pergunta como essa no ano que vem. Vão ter questões que interessam ao futuro da nossa nação. Isso [a pergunta]estimula a briga de quem pensa diferente. Nós não queremos isso, queremos pacificar o Brasil. A escola não é pra aprender a fazer sexo. Quando o pai bota o filho na escola, quer que ele aprenda alguma coisa. [...]Queremos a normalidade”, afirmou.

O economista Murilo Resende Ferreira, ex-integrante do MBL (Movimento Brasil Livre) de Goiás, será o responsável pelo Enem.

Além de Maria Inês, foram demitidos do Inep nesta 2ª: a diretora de Estudos Educacionais, Alvana Maria Bof; a diretora de Gestão e Planejamento, Eunice Oliveira; e a diretora de Avaliação da Educação Básica, Luana Bergmann.

Os secretários e diretores do MEC, diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Abílio Afonso Baeta Neves, também foram demitidos.

Novos nomes devem ser indicados aos cargos pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez.

QUEM É O NOVO PRESIDENTE DO INEP

De acordo com seu perfil no LinkedIn, Marcus Vinicius Rodrigues é doutor em engenharia da Produção pela COPPE/UFRJ, mestre em administração de empresas pelo CEPEAD/UFGM, especialista (MBA) em formação de executivos pela ESAP/DF e engenheiro eletricitista pela EE/UFC.

Atuou durante 20 anos como executivo dos Correios e 15 na Fundação Getulio Vargas, como gestor da FGV para os Países de Língua Portuguesa.

Marcus Vinicius Rodrigues foi ainda, durante 29 anos, diretor executivo do Caso (Centro de Aprendizagem e Soluções Organizacionais – CASO Consultores Associados).

Também atuou como professor de agosto de 1990 a dezembro de 2018 pela FGV. Além de palestrante, é o editor brasileiro da Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa (B1 no Qualis/Capes/Brasil).

[topo](#)

ESTADO DE MINAS - MG - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Pela sétima vez, escola da Fundação Getulio Vargas é a melhor do Brasil Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE) conquista o 1º lugar nacional do Índice Geral de Cursos, do MEC

A escola de economia da Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro conquistou o primeiro lugar no Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério de Educação. Pela sétima vez, em 11 avaliações, a FGV EPGE alcança a maior nota entre as 2.066 instituições de ensino superior avaliadas no país. Segundo o diretor da instituição, Rubens Penha

Cysne, o ensino aliado à pesquisa e o foco internacional, palestras vocacionais para selecionar alunos e ações de internacionalização são pilares que se destacam na conquista sistemática do pódio. “Nosso objetivo é prover educação de qualidade e pesquisas de relevo, elevar o conhecimento científico na área de economia e contribuir para o bem-estar da população brasileira”, afirma.

A FGV EPGE obteve nota máxima 5 no IGC e também nos seus cursos de mestrado e doutorado. Em termos históricos, nas 11 avaliações do IGC feitas pelo MEC desde 2007, a FGV EPGE obteve o primeiro lugar nacional em sete avaliações (2007, 2009, 2010, 2011, 2015, 2016 e 2017); o segundo em três avaliações (2012, 2013, 2014); e o terceiro na avaliação restante (2008). A escola tem a pós-stricto sensu em economia mais antiga do Brasil.

Sediada no Rio de Janeiro, a escola é ponto de partida de professores e alunos que atuam em diversas frentes na condução da economia. Professores renomados como Mario Henrique Simonsen, Otávio Gouveia de Bulhões e João Paulo dos Reis Velloso já passaram pela instituição de ensino. Aloísio Araújo, um dos maiores produtores de artigos científicos do Brasil, também faz parte da equipe da FVG atualmente.

A FGV EPGE formou gerações de economistas e ainda continua a prover quadros para o governo. Entre os nomes importantes da cúpula do novo governo, estão o ministro da Economia, Paulo Guedes; o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco; o presidente do BNDES, Joaquim Levy; o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães; o vice-presidente do Banco do Brasil, Carlos Hamilton Vasconcelos; o presidente do Ipea, Carlos von Doellinger; e Fernando de Holanda Barbosa Filho, a indicação mais recente, que assumirá a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Carlos Langoni, também da EPGE, será assessor no novo governo. “A EPGE contribui com o Brasil e seu desenvolvimento formando quadros de liderança para o governo e para o setor privado e ainda provendo a sociedade, continuamente, de estudos aplicados sobre questões específicas e de interesse nacional”, ressalta Cysne.

OUTROS RANKINGS

Enade – Desde 2006 (2006, 2009, 2012 e 2015), a EPGE obtém o primeiro lugar nacional, tornando-se a instituição de ensino superior de economia com maior número de vezes em primeiro lugar no Enade.

Capex (pós-graduação) – A EPGE obteve notas máximas da **Capex** na avaliação de todos os seus programas de pós-graduação disponibilizadas pela **Capex/MEC**.

Rankings internacionais – No Ranking Internacional de Departamentos de Economia de 2016 da Universidade de Tilburg, a escola foi apontada como o primeiro Departamento de Economia da América Latina. No ranking mundial, considerando o ano de 2016, a EPGE se situa em 121º.

[topo](#)

FAROL COMUNITÁRIO - TEMPO REAL

Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão. Três pastas – Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente – ainda não concluíram suas nomeações.

Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias. As indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado.

O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil – Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral – Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo – Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Defesa (demais secretarias não foram definidas) – general Fernando de Azevedo e Silva

Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU – André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior

Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério

Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes

Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlândia Pompeu da Silva

Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros

Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU – Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya

Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias

Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública – Sergio Moro

Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas

Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

CLIPPING



Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora
Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm
Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira
Presidente do Coaf: Roberto Leonel
Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena
Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon
Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj
Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) – Ernesto Araújo
Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores – Otávio Brandelli

Economia – Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guarany
Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra
Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa
Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho
Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar
Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel
Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo
Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) – Roberto Campos Neto

Infraestrutura – Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio
Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse
Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa
Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior
Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni
Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) – Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura – Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)
Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia
Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques
Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal
Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior
Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke
Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

CLIPPING



Desenvolvimento Regional – Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro

Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves

Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro

Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda.

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) – Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos – Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania – Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde – Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini – (mantido da gestão Temer)

Educação – Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandre Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de

Araújo

Presidente da **CAPES**: **Anderson Ribeiro Correia**
Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva
Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues
Presidente EBSEH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo – Marcelo Álvaro Antônio
Secretário-Executivo: Alberto Alves
Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio “Totó” Parente
Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington “Bob” dos Santos
Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Sistema do Inep já está aberto para coleta de dados do Censo de 2018

Todas as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, já podem declarar seus dados no Censo da Educação Superior 2018. O Sistema Censup foi disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Mec, na segunda-feira, 14, e ficará aberto até 26 de abril. A coleta de dados é realizada diretamente no Sistema Censup.

O preenchimento dos dados é de responsabilidade do Pesquisador Institucional (PI), representante oficial da IES junto ao Inep. É o PI que responde aos questionários eletrônicos do Sistema Censup, verifica e corrige possíveis inconsistências dos dados declarados, além de responder, no limite de suas atribuições, a questionamentos do Inep referentes ao Censo da Educação Superior.

Capacitação – O Inep promoverá uma capacitação a distância para os (PIs) e Auxiliares Institucionais (AI). O objetivo é qualificá-los para assegurar a correta inserção dos dados. O treinamento é indispensável para os PIs que realizarão o preenchimento do Censo da Educação Superior pela primeira vez. As inscrições para a capacitação estão disponíveis apenas para as IES com o cadastro do PI atualizado.

Censo da Educação Superior – Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior reúne informações sobre as IES, cursos, docentes e alunos. O preenchimento do Censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das IES em programas do Ministério da Educação, como o Prouni, o Fies e as bolsas da **Capes**. Como forma de aprimorar a qualidade das análises realizadas, os dados trazem as informações de alunos e profissionais individualmente. Ou seja, permite que as políticas do setor e seus participantes sejam acompanhados de maneira minuciosa. O Censo subsidia ainda a Avaliação da Educação Superior, sendo insumo para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), Indicadores da Qualidade da Educação Superior divulgados pelo Inep.

Assessoria de Comunicação Social

Plano Anual de Contratações Públicas – A nova IN nº 1, de 10 de janeiro de 2019
11 e 12 de março de 2019 / Brasília – DF

Curso Especial sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e a elaboração e execução do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e

soluções de tecnologia da informação e comunicações, de caráter obrigatório a partir de 2019, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, com objetivo de induzir melhorias na governança, gestão e transparência das contratações públicas – maximização dos resultados institucionais. Fulcro na nova IN nº 1, de 10 de janeiro de 2019, revoga IN nº 1/SEGES/MPDG/2018.

topo ↕

ITAPORA NEWS - TEMPO REAL

Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro

Apenas três ministérios Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente ainda não concluíram suas nomeações

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão.

Três pastas -Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente- ainda não concluíram suas nomeações. Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias.

Já as indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado. O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil - Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral - Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo - Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Defesa (demais secretarias não foram definidas) - general Fernando de Azevedo e Silva

Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU - André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior

Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério

Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes

Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlândia Pompeu da Silva

Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros

Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU - Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya

Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias

Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública - Sergio Moro

Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas

Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora

CLIPPING



Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm

Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira

Presidente do Coaf: Roberto Leonel

Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena

Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon

Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) - Ernesto Araújo

Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores - Otávio Brandelli

Economia - Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guaranys

Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa

Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho

Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar

Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel

Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo

Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) - Roberto Campos Neto

Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio

Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa

Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior

Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni

Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) - Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura - Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia

Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques

Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal

Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior

Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional - Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro

Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves

Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro

Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Ciência e Tecnologia - Marcos Pontes

Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto

Chefe de gabinete: Celestino Todesco

Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales

Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto

Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral

Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) - Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos - Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania - Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde - Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein,

CLIPPING



secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini - (mantido da gestão Temer)

Educação - Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da **CAPES**: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo - Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio "Totó" Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington "Bob" dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

Com informações da Folhapress.

topo ↕

JC ONLINE - TEMPO REAL

CBPF, 70, se fortalece como infraestrutura de pesquisa avançada

O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, no Rio de Janeiro (RJ), vai comemorar, ao longo deste ano, o 70º aniversário de sua fundação, ocorrida em 15 de janeiro de 1949, como resultado de uma aliança à época entre vários setores da sociedade. E aproveitará a oportunidade para reforçar e ampliar seu papel como instituição de infraestrutura avançada para a pesquisa científica e tecnológica em física e áreas afins no Brasil

Hoje (15/01), o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no bairro da Urca, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, completa 70 anos de sua fundação. E, ao longo deste ano, por meio de várias atividades científicas e culturais, vai pôr em prática o mote que adotou recentemente: “celebrando o passado, realizando o presente e construindo o futuro”.

“Celebramos os 70 anos de contribuições ao avanço da pesquisa básica no Brasil, pautados sempre pelos critérios de excelência estabelecidos pela comunidade de física mundial. Nossa história é rica em interações com os melhores cientistas brasileiros e estrangeiros. Apesar de nosso objetivo estar sempre focado nos desafios básicos da física, nosso trabalho acaba tendo impacto importante em inúmeras áreas da sociedade, das implicações para os esforços de inovação no setor empresarial à educação de jovens”, afirma o diretor do CBPF, o físico experimental Ronald Cintra Shellard.

Por meio de uma série de eventos ao longo deste ano, a instituição aproveitará a efeméride para não só relembrar seu passado e seus fundadores, mas também ampliar seu papel como instituição voltada para a infraestrutura da pesquisa científica e tecnológica de ponta no país, bem como planejar o futuro de seus laboratórios multiusuários – como o nome sugere, aberto a pesquisadores de outras instituições e áreas.

“Um dos pilares da atuação do CBPF é justamente o uso de seus laboratórios multiusuários e de sua infraestrutura de pesquisa e serviços especializados pela comunidade científica. Pretendemos, para os próximos anos, aumentar o número de laboratórios abertos a pesquisadores do Brasil e da América Latina”, disse o tecnologista sênior Márcio Portes de Albuquerque, vice-diretor do CBPF.

Ainda como desdobramento de seu mote, o CBPF reforçará e tentará expandir suas atividades em temas de fronteira, nas áreas de física de altas energias e astropartículas; matéria condensada, materiais e nanociências, cosmologia; biofísica; física teórica e aplicada. Essas atividades implicam desenvolvimento de fronteira em instrumentação científica e tecnológica, computação, além de uma dedicação/capacitação para a documentação, organização da informação e divulgação científica.

Hoje, o CBPF é uma instituição de renome internacional em seus campos de pesquisa teórica e experimental. Sua pós-graduação, desde 2007, mantém a nota 7 (excelência internacional), dada por avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Isso atesta a excelência do programa, de seus docentes e discentes.

De 2013 a 2016, o CBPF contabilizou mais de 1,4 mil publicações, com índice de participação discente de 0,45 – acima da média nacional (0,40).

Seu parque de equipamentos científicos – avaliado em mais de R\$ 200 milhões – está voltado para a pesquisa de ponta em física e áreas correlatas e tem uma produção técnica e científica de valor inestimável e intangível – como deve ocorrer em instituições de pesquisa em ciência básica.

O CBPF hoje

Quanto ao presente, pode-se dizer que o CBPF – hoje, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – passa por um bom momento. Houve avanços significativos nas atividades de pesquisas científicas e tecnológicas, mantendo produção significativa de publicações e bom número de citações/impacto dos trabalhos produzidos por seus pesquisadores; assinatura de novos convênios com empresas estatais e privadas (Petrobras, Vale, FMC, Vallourec etc.); esforço para alcançar o grande público por meio de projetos de divulgação científica (Mural-Grafite da Ciência); avanço em colaborações internacionais (por exemplo, o CTA, Rede de Telescópios Cherenkov); bom desempenho de seus pós-graduandos em competições de desenvolvimento tecnológico (hackatons); empreendedorismo para jovens cientistas e comunicação com o setor empresarial (NIT-Rio); inauguração do espaço ‘Ciência e Sociedade’ de convivência e biblioteca revitalizada (Núcleo de Informação C&T e Biblioteca).

O ano passado foi marcado por, pelo menos, três efemérides relacionadas à instituição: i) comemoração do centenário de nascimento do físico teórico José Leite Lopes (1918-2006), um de seus fundadores; ii) o 30º aniversário da q-estatística (ou estatística de Tsallis), cujo artigo científico de um pesquisador do CBPF conta com mais de 4,5 mil citações; iii) 10º aniversário de criação da Rede Nacional de Física de Altas Energias (Renafae), que coordena a participação de pesquisadores brasileiros em grandes instrumentos de pesquisa internacionais, como o Centro Europeu de Pesquisas Nucleares (CERN), na Suíça, e o Laboratório Fermi (Fermilab), nos EUA.

Ciência: projeto de nação

O CBPF foi fundado em 15 de janeiro de 1949, como um desdobramento de ampla campanha pública que reuniu cientistas, militares, empresários, banqueiros, artistas, jornalistas, entre outros formadores de opinião à época. Esse movimento foi impulsionado pelos feitos científicos do então jovem físico experimental brasileiro César Lattes (1924-2005) – um dos fundadores do CBPF –, que, nos dois anos anteriores, tinha participado, no Reino Unido e nos EUA, de uma das descobertas mais importantes da ciência do século passado: a detecção da partícula méson pi, responsável por manter o núcleo atômico coeso.

Naquele cenário do pós-guerra, houve a percepção, por parte de vários governos no mundo – inclusive no Brasil –, de que conhecimento passava a ser sinônimo de poder, tanto político quanto econômico – mudança geopolítica global que historiadores da física denominam ‘metafísica da Guerra Fria’.

A reboque da fundação do CBPF – ocorrida em um momento em que ciência era parte de um projeto de nação para o Brasil –, veio a infraestrutura político-administrativa da ciência no país, na qual pesquisadores do CBPF tiveram papel fundamental na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), bem como de fundações estaduais de amparo à pesquisa.

O CBPF foi, em meados da década de 1960, responsável pelos primeiros títulos formais de mestre e doutor em física no Brasil, trabalhos orientados por pesquisadores então da instituição.

Ao longo destas sete décadas, a sinergia entre ciência e sociedade promovida pelo CBPF permitiu o nascimento de projetos que levaram à criação do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro (RJ); do Laboratório Nacional de Computação Científica, hoje em Petrópolis (RJ); e do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), em Campinas (SP) – esta última coordena a implantação do Laboratório Sirius, o empreendimento científico mais ousado do país na atualidade.

Mais informações:

Os 70 anos do méson- π com César Lattes:

http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/cienciaESociedade_2018-11-13-13-18-46Y2llbmNpYUVUb2NpZWRhZGUG=.pdf

topo ↕

JORNAL DO SUDOESTE - TEMPO REAL

Uesb abre inscrições para Mestrado e Doutorado em Memória

A partir de hoje, 15 de janeiro, até o dia 22 de fevereiro, estão abertas as inscrições para o processo seletivo dos cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Nos Editais 004/2019 e 005/2019 e 006/2019, é possível verificar toda a documentação necessária para inscrição e demais normas da seleção, sendo o terceiro edital referente à seleção interna de servidores efetivos da Uesb para o Doutorado.

Os interessados devem se inscrever pessoalmente, das 8 às 18 horas, na Secretaria do Programa, localizada no campus da Uesb de Vitória da Conquista, ou por meio dos Correios, desde que toda a documentação seja postada via sedex, até o dia 18 de fevereiro, e direcionada ao endereço indicado no Edital. Em caso de dúvidas relacionadas ao processo seletivo ou ao funcionamento dos cursos, os candidatos podem entrar em contato pelo telefone (77) 3425-9395 ou acessar o site do Programa.

As atividades do PPGMLS são desenvolvidas em regime de tempo integral. Poderão submeter-se ao processo seletivo do curso de Mestrado candidatos graduados em curso superior reconhecido pelo MEC, não importando a área na qual obtiveram seu diploma. Para o curso de Doutorado Acadêmico poderão se submeter candidatos portadores de diploma ou atestado de conclusão de curso de Mestrado Acadêmico, credenciado e reconhecido pela **CAPES**, também não importando a área na qual obtiveram seu diploma.

topo ↕

PORTAL TV CARIRI - TEMPO REAL

Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro

Maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão.

Três pastas -Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente- ainda não concluíram suas nomeações. Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias.

Já as indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado. O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil – Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral – Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo – Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Defesa (demais secretarias não foram definidas) – general Fernando de Azevedo e Silva

Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU – André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

CLIPPING



Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior

Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério

Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes

Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlândia Pompeu da Silva

Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros

Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU – Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya

Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias

Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública – Sergio Moro

Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas

Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora

Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm

Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira

Presidente do Coaf: Roberto Leonel

Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena

Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon

Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) – Ernesto Araújo

Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores – Otávio Brandelli

Economia – Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guarany

Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa

Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho

Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar

Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel

Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo

Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) – Roberto Campos Neto

Infraestrutura – Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio

Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa

Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior

Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni

Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

CLIPPING



Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) – Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura – Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia

Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques

Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal

Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior

Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional – Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro

Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves

Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro

Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Ciência e Tecnologia – Marcos Pontes

Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto

Chefe de gabinete: Celestino Todesco

Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales

Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto

Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral

Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) – Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos – Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrócia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania – Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde – Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini – (mantido da gestão Temer)

Educação – Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandre Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da **CAPES**: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo – Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio “Totó” Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington “Bob” dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Universidade Positivo está entre as mais sustentáveis do mundo

A Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking de sustentabilidade da UI GreenMetric, criado pela Universidade da

Indonésia. Divulgado no final de 2018, o ranking traz apenas três universidades brasileiras entre as 100 melhores: USP, Universidade Federal de Lavras e Universidade Positivo. As três universidades mais sustentáveis do mundo, de acordo com o ranking, são: Wageningen University & Research (Holanda), University of Nottingham (Reino Unido) e University of California Davis (Estados Unidos).

O GreenMetric é o primeiro e, atualmente, único ranking no mundo a mensurar a questão ambiental. Foram avaliadas, ao todo, 719 instituições de 81 países diferentes. Entre os quesitos analisados pela UI GreenMetric estão questões de infraestrutura, como a relação entre área aberta e área total, o uso consciente e eficiente de água, eficiência energética, entre outras coisas.

De acordo com o reitor da Universidade Positivo, José Pio Martins, o câmpus-sede por si só já é um exemplo mundial de sustentabilidade, concentrando 153,6 mil m² de área verde. Certificada com a ISO 14001, a instituição trabalha com um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que engloba uma gama de fatores, como a homologação de fornecedores, coleta seletiva, armazenagem e destinação de todos os tipos de resíduos (químicos, biológicos, de construção civil, orgânicos) gerados internamente, sistema de controle de atendimento de leis ambientais, entre outros.

O ranking da Universidade da Indonésia avaliou seis itens - e em dois deles, a Universidade Positivo ficou em primeiro lugar no Brasil. Na avaliação sobre água, que envolve programas de conservação e reúso de água, uso eficiente de aparelhos hidráulicos e água tratada, de uma pontuação máxima de 1.000 pontos, a Positivo obteve 775 e ocupa atualmente a 36ª posição mundial no quesito. Algumas unidades já contam com sistema de captação de água de chuva para reúso em limpeza e descargas.

De acordo com o gerente de serviços administrativos, operacionais e planejamento da Universidade Positivo, Jair Bordignon, responsável pela gestão ambiental da instituição, o lago presente no câmpus sede é fundamental para esse desempenho, pois por meio de um sistema de captação de águas pluviais, a universidade consegue ajudar a prefeitura a controlar a inundação nos bairros por onde o rio passa. "Além disso, em 2004 foi implantado um sistema alemão de troca de calor com a utilização da água do lago para o aquecimento da água da piscina", revela. O ecossistema presente no lago é beneficiado com uma placa fotovoltaica que gera energia renovável para oxigenar a água.

O quesito energia e mudanças climáticas, que avalia, entre outros fatores, o número de fontes de energia renovável no câmpus, é o maior destaque da Universidade Positivo no ranking. A instituição paranaense ocupa o 18º lugar mundial, sem nenhuma outra instituição brasileira com pontuação tão alta (1.575 pontos de 1.800). Por meio de um projeto para combinar vários tipos de energias renováveis, a universidade pretende dar autossuficiência energética para o grupo. A primeira fase do projeto já está concluída - a instalação de uma usina solar que gera energia para utilização no câmpus Ecoville. A geração é equivalente ao abastecimento de 46 residências e deixa de emitir 8 toneladas de CO₂ por ano na atmosfera.

Na área de ensino e pesquisa, a Positivo conta com o Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental (PGAMB) que, por meio da realização de pesquisa aplicada para a solução de problemas ambientais, visa a complementar a formação de profissionais de diversas áreas, transformando-os em especialistas em Meio Ambiente. De acordo com o

coordenador do PGAMB, Maurício Dziedzic, os mestres e doutores em Gestão Ambiental formados pela Universidade Positivo contribuem para a utilização adequada dos recursos naturais do planeta, dentro de uma dinâmica fundamental para a preservação das espécies e para a manutenção de condições dignas de existência. “A gestão do planeta com base no emprego de conhecimentos científicos, traduzidos em avanços tecnológicos e ferramentas de análise ambiental, constitui uma das mais importantes ocupações do homem, envolvendo praticamente todas as profissões estabelecidas”, argumenta. Na última avaliação quadrienal da **Capes** (2013-2016), o Mestrado Profissional e Acadêmico e o Doutorado em Gestão Ambiental da Universidade Positivo receberam nota 5, o que reconhece a excelência nacional do programa. Como se não bastasse, desde 2008 o PGAMB possui dupla certificação, em parceria com a Umwelt-Campus Birkenfeld, universidade alemã classificada na sexta posição mundial do ranking de sustentabilidade da UI GreenMetric.

As 10 universidades brasileiras mais sustentáveis, de acordo com o ranking:

Universidade de São Paulo
Universidade Federal de Lavras
Universidade Positivo
Centro Universitário do Rio Grande do Norte
Universidade Federal de Viçosa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O que deve ter uma universidade sustentável?

Conheça os critérios utilizados pelo UI GreenMetric para criar o ranking mundial de universidades

1. Local e infraestrutura

Relação entre áreas abertas em relação à área total, área de floresta, área de vegetação plantada, área para absorção de água, total de área aberta dividida pela população total do campus, orçamento da universidade para ações de sustentabilidade.

Pontuação máxima = 1.500 / Pontuação Universidade Positivo = 1.000

2. Energia e mudanças climáticas

Uso de aparelhos com melhor eficiência energética, implementação do smart building, número de fontes de energia renovável no campus, uso total de eletricidade dividido pela população total do campus, proporção de energia renovável produzida em relação ao uso anual, implementação de elementos de “construção verde”, programa de redução de emissão de gases de efeito estufa, relação da pegada de carbono total dividido pela população do campus.

Pontuação máxima = 1.800 / Pontuação Universidade Positivo = 1.575

3. Resíduos

Programas de reciclagem de resíduos e de redução do uso de papel e de plástico, tratamento de resíduos orgânicos e inorgânicos, manipulação de resíduos tóxicos, coleta de esgoto.

Pontuação máxima = 1.800 / Pontuação Universidade Positivo = 1.425

4. Água

Programas de conservação e reúso de água, uso eficiente de aparelhos hidráulicos e água tratada.

Pontuação máxima = 1.000 / Pontuação Universidade Positivo = 775

5. Transporte

Relação entre o total de veículos (carros e motos) dividido pela população do campus, serviços de transporte, política para veículos de emissão zero e número destes veículos em relação à população do campus, relação entre as áreas de estacionamento e a área total, programa para limitar ou reduzir as áreas de estacionamento nos últimos três anos, número de iniciativas para diminuir a quantidade de veículos particulares no campus e política para pedestres.

Pontuação máxima = 1.800 / Pontuação Universidade Positivo = 775

6. Educação

A proporção de cursos voltados à sustentabilidade em relação ao total de cursos, relação entre o orçamento destinado à pesquisa em sustentabilidade em relação ao total, publicações, eventos, relatórios, websites e organizações estudantis na área de sustentabilidade.

Pontuação máxima = 1.800 / Pontuação Universidade Positivo = 1.125

Fonte: UI GreenMetric World University Rankings (<http://greenmetric.ui.ac.id/overall-ranking-2018/>)

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece 61 cursos de Graduação presenciais, três programas de Doutorado, quatro programas de Mestrado, mais de 150 programas de Especialização e MBA, cinco cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com sete unidades em Curitiba, uma

unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 30 cidades espalhadas pelo Brasil.

topo ↕

TRIANGULO NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Presidente do Inep é exonerada; assume o cargo professor da FGV

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini, foi exonerada do cargo hoje (14). O novo presidente será Marcus Vinicius Rodrigues, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). Também foram exonerados diretores e secretários do Ministério da Educação (MEC) e autarquias.

O governo já havia anunciado que Maria Inês não permaneceria no cargo. O seu nome chegou a ser ventilado para chefiar o Ministério da Educação (MEC). Mas questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018, que é de responsabilidade do Inep, desagradaram o presidente Jair Bolsonaro, que defendeu que o exame deve cobrar “conhecimentos úteis”.

O economista Murilo Resende Ferreira, ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) de Goiás, será o responsável pelo Enem.

Além de Maria Inês, foram exoneradas também do Inep nesta segunda-feira (14) a diretora de Estudos Educacionais, Alvana Maria Bof; a diretora de Gestão e Planejamento, Eunice Oliveira; e a diretora de Avaliação da Educação Básica, Luana Bergmann.

Foram exonerados ainda secretários e diretores do MEC, diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Abilio Afonso Baeta Neves.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Inep completa 82 anos de fundação

Conheça um pouco da história da autarquia responsável pelo Enem

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) comemora 82 anos de fundação em janeiro. Vinculada ao Ministério da Educação, a autarquia é uma das maiores e mais especializadas instituições de avaliação educacional do mundo.

Chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia, o Inep foi criado, por lei, em 13 de janeiro de 1937, no Rio de Janeiro (RJ). Foi em 1938, entretanto, que o órgão iniciou, de fato, seus trabalhos. A publicação do Decreto-Lei nº 580 regulamentou a organização e a estrutura da Instituição, além de modificar sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. O primeiro diretor-geral do órgão foi o professor Lourenço Filho.

Segundo o Decreto-Lei, cabia ao Inep "organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos". Também era sua função participar

da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União.

Nas décadas anteriores à sua criação, algumas tentativas de sistematizar os conhecimentos educacionais e propor melhorias ao ensino já haviam sido articuladas, sem conseguirem, no entanto, alcançar a continuidade desejada. O Inep configurou-se, então, no primeiro órgão nacional a se estabelecer de forma duradoura como “fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica”.

Em 1952, o professor Anísio Teixeira, que hoje dá nome ao Instituto, assumiu a direção do Inep, que passou a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa. Seu objetivo era estabelecer centros de pesquisa como um meio de "fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil. A ideia foi concretizada com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sede no Rio de Janeiro, e dos Centros Regionais, em Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Em 1972, o Inep foi transformado em órgão autônomo, passando a ser denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. O objetivo era realizar levantamentos da situação educacional do país. Esses levantamentos deveriam subsidiar a reforma do ensino em andamento, bem como ajudar na implantação de cursos de pós-graduação. Um ano depois, os Centros Regionais, que haviam se agregado parcialmente às universidades ou às Secretarias de Educação dos estados, foram extintos.

O ano de 1976 marca a mudança da sede do Inep do Rio de Janeiro para Brasília. No ano seguinte, o CBPE foi extinto, marcando o fim do modelo idealizado por Anísio Teixeira e que deu ao Inep reconhecimento nacional e internacional. Com a Nova República, em 1985, o Inep passou por um novo redesenho institucional. Retirou-se do fomento à pesquisa para retomar sua função básica de suporte e assessoramento aos centros decisórios do Ministério da Educação.

Após o período de dificuldades pelas quais passou no início do governo Collor, quando quase foi extinto, o Inep iniciou um outro processo de reestruturação e redefinição de sua missão, centrado em dois objetivos: reorientação das políticas de apoio a pesquisas educacionais, buscando melhorar sua performance no cumprimento das funções de suporte à tomada de decisões nesta área e reforço do processo de disseminação de informações educacionais, incorporando novas estratégias de modalidades de produção e difusão de conhecimentos e informações.

No início dos anos 90, o Inep atuou como um financiador de trabalhos acadêmicos voltados para a educação. A partir de 1995, aconteceu o processo de reestruturação do órgão. Com a reorganização do setor responsável pelos levantamentos estatísticos, pretendia-se que as informações educacionais pudessem, de fato, orientar a formulação de políticas do Ministério da Educação.

O primeiro passo se deu com a incorporação do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (Seec), em 1996, à Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae), do Ministério da Educação. O Seec, criado em 1937, era um órgão do Poder Executivo com longa tradição na realização de levantamentos estatísticos na educação brasileira. Em 1997, a Sediae foi integrada à estrutura do Inep, passando a existir, a partir desta data, um único órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos

educacionais no âmbito do governo federal.

Também em 1997, o Inep foi transformado em autarquia federal. Desde então, o Instituto reorganizou o sistema de levantamentos estatísticos e teve como eixo central de atividades as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais. A partir de sua transformação em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, foram estabelecidas as seguintes finalidades para o Inep:

- Organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- Planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional para o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino;
- Apoiar o Distrito Federal, os estados e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- Desenvolver e implementar sistemas de informação e documentação com estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e gestão das políticas educacionais;
- Subsidiar a formulação de políticas por meio da elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- Coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação;
- Definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- Promover a disseminação de informações sobre a qualidade da Educação Básica e Superior;
- Articular-se com instituições nacionais e internacionais, por meio de ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral;
- Publicar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Inep hoje – Com a missão de subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo, e assim contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, o Inep produz evidências sobre educação e atua nas seguintes áreas:

Avaliações, exames e indicadores da educação básica

Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb)

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)

Indicadores Educacionais

Avaliações, exames e indicadores da educação superior

Avaliação in loco: de cursos e instituições de educação superior

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)

Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida)

Indicadores de Qualidade da Educação Superior: Conceito Enade (CE), Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), Conceito Preliminar de Cursos (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC)

Sistema de Avaliação de Escolas de Governo (Saeg)

Ações internacionais

Exame de Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja Exterior)

Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)

Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis)

Estudos Regionais Comparativos e Explicativos (Erce)

Programa de Indicadores dos Sistemas Educacionais Nacionais (Ines)

Setor Educacional do Mercosul (SEM)

Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do Mercosul (Arcu-sul)

Redes de Agencias Nacionales de Acreditación de la Educación Superior (Riaces)

Metas Educativas 2021

Agenda 2030

Cooperação Técnica Internacional

Estatísticas educacionais

Censo Escolar

Censo da Educação Superior

Produção, disseminação e arquivo da educação

Estudos e Pesquisas Educacionais

Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE)

Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec)

Publicações Científicas: RBEP, Em Aberto, Relatos de Pesquisa, Textos para Discussão, Estado do Conhecimento.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Regra federal deve tirar validade de parte das nomeações no MEC

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, designou, sem ter competência legal para isso, dois nomes para os cargos de presidente substituto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), nesta terça-feira, 15. Segundo um decreto em vigor desde julho de 2016, só o ministro-chefe da Casa Civil tem competência para nomeações e designações desse tipo de funções de confiança. Com a situação, problemas burocráticos ameaçam até repasses de verbas da Educação a Estados e municípios.

Por causa do decreto, não têm efeito legal as duas portarias assinadas por Vélez designando os substitutos para a presidência das autarquias. Ele havia nomeado Carlos Eduardo Moreno Sampaio para o comando do Inep e João Antônio Lopes de Oliveira, para o FNDE.

Nos últimos dias, a Casa Civil e o Ministério da Educação (MEC) exoneraram a chefia dos dois órgãos, incluindo os presidentes e diretores. No caso do FNDE, a situação é ainda mais crítica já que o ministro exonerou na sexta-feira, 11, Rogério Fernando Lot, chefe de gabinete que estava no cargo de presidente substituto.

Situação pode paralisar repasses do FNDE a Estados, municípios e escolas
O jornal O Estado de S. Paulo apurou que há o risco de paralisação dos repasses do FNDE para Estados, municípios e escolas públicas. O órgão é responsável, por exemplo, por programa de transferências a municípios, como o de merenda, e pelo Financiamento Estudantil (FIES). Quem deve assinar a liberação dessas verbas é quem ocupa a presidência do órgão - presidente, presidente substituto ou assessoria da presidência, todos cargos que estão desocupados no momento. Já estaria na fila de pagamentos da autarquia desde sexta-feira, a primeira recompra de títulos do Fies 2019.

Pelo Decreto 8.821, em vigor desde julho de 2016, somente o ministro-chefe da Casa Civil tem competência para os atos de nomeação de cargos em comissão ou de designação de funções de confiança no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional de nível equivalente a 5 e 6 do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS). Os cargos para o qual Oliveira e Sampaio foram designados pelo ministro são de nível 6.

No caso dos ministros, o decreto diz que, no âmbito dos respectivos órgãos e entidades supervisionadas, eles têm competência para as nomeações de cargos efetivos em decorrência de habilitação em concurso público e para nomeação de cargos em comissão ou designação de outras funções de confiança distintas das privativas da Casa

Civil.

A reportagem procurou o MEC e a Casa Civil, mas não obteve resposta até as 15 horas desta terça.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Fracasso em 2018, modalidade do FIES com juros terá mudança em 2019

Média do Enem será apenas um pré-requisito na modalidade P-FIES, que teve menos de 2,5 mil contratos ano passado.

No ano passado, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Novo FIES, dividindo o programa de financiamento estudantil em duas modalidades: uma sem juro, o FIES; e outra com juros variáveis e estabelecidos pelos bancos, o P-FIES. Entre as 210 mil vagas previstas para a modalidade com juros, menos de 2.500 foram preenchidas em 2018.

Visando aumentar o número de contratos do P-FIES em 2019, o MEC promoveu uma mudança na modalidade. Agora, a média no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não será mais usada para fins de classificação, mas apenas como um requisito. O sistema irá pré-selecionar mais candidatos que o número de vagas e os primeiros que fecharem o contrato na instituição financeira ficarão com as vagas.

Segundo o gerente de financiamento do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), Alexandre Mori, a intenção do MEC com essa mudança é dar mais agilidade ao processo. “No ano passado, o aluno era pré-classificado no P-FIES como segunda ou terceira opção, mas não fechava o contrato porque aguardava convocação do FIES ou não podia arcar com os juros da modalidade. Enquanto isso, quem tinha o P-FIES como única opção precisava esperar a desistência dos melhores classificados”.

Alexandre relata que alguns estudantes foram pré-selecionados no meio do semestre para o P-FIES e, por isso, desistiam. Além disso, alunos que desconheciam a nova modalidade iam ao banco achando que tinham passado no FIES, sem juro, e também desistiam. “Os estudantes não se atentam em ler o edital e o site do FIES. O Governo fez ampla divulgação e as faculdades possuem comissões que orientam os estudantes sobre o programa”, opina Mori.

Vai melhorar?

Na visão do gerente de financiamento do Semesp, o futuro do P-FIES é uma incógnita. “A agilidade deve aumentar o número de contratos, mas não muito. Os juros são maiores e não sabemos qual será a reação do aluno em 2019. Se a instituição assume mais riscos, o juro é menor”, comenta Alexandre. No P-FIES, os juros variam de 1,9% a 2,5% ao mês, dependendo do tipo de contrato.

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

Ainda de acordo com Alexandre Mori, o Governo Federal precisa investir mais no FIES público. “O FIES caiu de 732 mil contratos em 2014 para 85 mil em 2018. O Governo precisa investir no FIES sem juro, que faz parte de uma política pública, e não no financiamento pelos bancos, que já possuem seus créditos universitários”.

Procurado pelo Brasil Escola, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do MEC que coordena o FIES, não pôde comentar as mudanças no programa. Segundo a assessoria, uma nova equipe está sendo formada e ainda não há um responsável por essa área. Na última sexta-feira, 11 de dezembro, o MEC exonerou dez técnicos do FNDE.

FIES 2019

As inscrições para o FIES 2019/1 poderão ser feitas entre os dias 5 e 12 de fevereiro. Serão oferecidas 100 mil vagas na modalidade sem juros e um número ilimitado de vagas no P-FIES. Poderão participar estudantes que já concluíram o ensino médio e fizeram o Enem a partir de 2010, com média acima de 450 pontos e nota acima de zero na redação.

FIES: renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos por pessoa

P-FIES: renda familiar bruta mensal de até cinco salários mínimos por pessoa

O resultado será divulgado no dia 18 de fevereiro. Exclusivamente para o FIES sem juro, haverá uma lista de espera entre os dias 20 de fevereiro e 31 de março.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Presidente do CNPq que criticou cortes na gestão Temer é exonerado

O presidente do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Mario Neto Borges, foi exonerado do cargo nesta terça-feira (15). Sua saída foi assinada em decreto conjunto pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) e pelo ministro Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) publicado no Diário Oficial da União.

Borges estava à frente do CNPq desde outubro de 2016, nomeado pela gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB). O governo ainda não divulgou quem ficará no lugar dele.

Em carta aberta divulgada em agosto do ano passado, Borges criticou a decisão do governo de efetuar um duro corte no orçamento previsto para 2019. Inicialmente havia uma previsão de que o CNPq contaria com R\$ 800 milhões, R\$ 400 milhões a menos do orçamento previsto para 2018.

O documento alertava que o corte previsto limitaria lançamento de editais e contratações de novos projetos. Em entrevista dada em Campo Grande (MS) também em agosto, afirmou que ao menos 70% das pesquisas em andamento seriam afetadas.

À época, o governo federal voltou atrás e acrescentou R\$ 200 milhões ao valor previsto. Borges havia dito que ainda assim o valor era inferior ao de 2018 e que o governo precisaria dialogar com o Congresso Nacional para reforçar a "extrema necessidade dessa recomposição para que os investimentos no setor não estejam comprometidos".

Presidente da AEB empossado por Dilma deixa cargo

Outra mudança na área da ciência e tecnologia publicada pelo governo Bolsonaro é a saída de José Raimundo Braga Coelho da presidência da AEB (Agência Espacial Brasileira), que estava à frente do órgão desde 2012, no primeiro governo da petista Dilma Rousseff. Ele também teve a exoneração confirmada no DOU de hoje, assinada

por Bolsonaro e Pontes.

Em agosto do ano passado, Coelho celebrou junto com o embaixador da China, Li Jinzhang, os 30 anos de cooperação entre os dois países na área espacial.

Na época, Li disse que o programa Cbers (sigla em inglês para Programa Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) reforçava a "parceria estratégica global entre China e Brasil".

O programa desenvolve o sexto satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto, que tem previsão para ser lançado este ano na China. O satélite fornece imagens que ajudam a monitorar o meio ambiente, verificando áreas desmatadas, desastres e expansão da agricultura, com um custo de cerca de R\$ 120 milhões para cada país.

Nomeações

Na edição desta terça do DOU, o novo governo ainda formalizou a nomeação do cientista político e economista Marcos Prado Troyjo para o cargo de secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia. No Meio Ambiente, Ana Maria Pellini assume a secretaria executiva da pasta, no lugar de Romeu Mendes do Carmo.

No Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos também houve novas nomeações:

Antonio Fernandes Toninho Costa, que foi ex-presidente da Funai do governo Temer, será o secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;

Alexandre Magno Fernandes Moreira assumirá como secretário adjunto da Secretaria Nacional de Cidadania;

Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira será a nova secretária nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Outras pastas do novo governo publicaram nomeações e exonerações nesta terça-feira. Entre elas, Saúde, Turismo, Itamaraty e MEC. *(Com Estadão Conteúdo)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Sine oferta cursos profissionalizantes em mais de 10 áreas

Cursos são oferecidos através da Escola do Trabalhador em parceria com a UnB

Os trabalhadores de Porto Velho, desempregados e empregados, poderão fazer cursos profissionalizantes em mais de 10 áreas, através da Escola do Trabalhador, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A informação é do diretor do Sine Municipal, Eric Melo.

De acordo com o diretor, não há pré-requisitos nem escolaridade mínima para ter acesso aos cursos. “A qualificação é indicada aos que forem dar encaminhamento ao Seguro-Desemprego, porém, todas as pessoas, que tiverem interesse, podem garantir vaga e iniciar imediatamente, se tiver acesso à internet”, explicou.

“Os cursos são na modalidade de Ensino a Distância (EaD) e 100% gratuitos à população, podendo ser acessados no site da Prefeitura (<https://www.portovelho.ro.gov.br>), na aba do Sine Municipal”, complementou.

Desenvolvido pela UnB, cada módulo é de aproximadamente 40 horas/aula, de acordo

com a necessidade. Ao final de cada módulo, o trabalhador fará uma avaliação que servirá como base para que ele receba o certificado de conclusão daquela fase. “Ao concluir todas as etapas, ele será certificado pela UnB”, orientou Eric Melo. Todo o conteúdo é formado por textos, vídeos e jogos, sendo autoinstrucionais e não há tutor.

Oportunidades

Os 12 primeiros que estarão disponíveis são: Agenciamento de Viagens, Criando um negócio de Sucesso, Higiene na Indústria de Alimentos, Introdução ao Excel, Português Básico para o Mundo do Trabalho, Demonstrações Contábeis e sua Análise, Conhecendo o Perfil do Agente Comunitário de Saúde e seu Processo de Trabalho, Fundamentos e Processos de Gestão de Recursos Humanos, Segurança da Informação, Edição e Tratamento de Imagens, Inglês Aplicado ao Mundo do Trabalho, Cuidando de Pessoas Idosas.

Novidades

De acordo com o diretor do Sine, está em planejamento, neste mês de janeiro, a organização de ambientes gratuitos em alguns locais. “Sabemos que é muito difícil a existência de computadores de mesa ou notebook na casa do porto-velhense, por isso, estamos buscando parcerias com Sindicatos e Instituições para oferecer esta facilidade”, garantiu Eric Melo.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Contra ‘ideologia’, secretário quer guinada metodológica

Para Carlos Nadalim, diretrizes do Ministério da Educação têm "preocupação exagerada com a construção de uma sociedade igualitária"

“O trabalho do Carlos Nadalim é a única alternativa aos 80% de analfabetos funcionais das universidades brasileiras”, exalta postagem de 2017 em uma das páginas oficiais de Olavo de Carvalho no Facebook.

Para Carlos Nadalim, diretrizes do Ministério da Educação têm ‘preocupação exagerada com a construção de uma sociedade igualitária’ e ‘ignoram evidências científicas sobre como alfabetizar crianças’

Essas elevadas expectativas poderão agora ser testadas na prática. Carlos Nadalim, coordenador pedagógico de uma pequena escola em Londrina (PR) e autor do blog “Como Educar seus Filhos”, estará à frente da nova Secretaria de Alfabetização, criada pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez, outro nome elogiado por Olavo.

Para o novo secretário de alfabetização, uma das causas principais do alto analfabetismo funcional (quando a pessoa reconhece as letras, mas não consegue interpretar textos simples) no Brasil é a prevalência nas diretrizes do Ministério da Educação de métodos de ensino “construtivistas” – abordagem em que a criança é vista como construtora do conhecimento e o aprendizado do alfabeto ocorre de forma integrada com o uso social da leitura e escrita.

Nadalim defende como alternativa o “método fônico”, que apresenta as crianças às letras e aos sons da fala antes de iniciá-las em atividades com textos.

Esse tipo de disputa em torno da melhor forma de ensinar o alfabeto não é exclusiva do Brasil. Em países como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, o conflito ficou

conhecido como “reading wars” (guerras da alfabetização) e acabou influenciando debates em outros locais.

Mas o que dizem os especialistas sobre o assunto?

“Vilão da alfabetização”

Em um dos seus vídeos no YouTube, onde tem um canal com mais de 5 milhões de visualizações, o novo secretário Carlos Nadalim argumenta que o que chama de método construtivista “demonstra uma preocupação exagerada com a construção de uma sociedade igualitária, democrática e pluralista, em formar leitores críticos, engajados e conscientes”.

Por outro lado, diz na gravação, as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) não trazem “uma orientação clara com base em evidências científicas comprovadas e atualizadas de como alfabetizar as crianças”.

“Há tanta preocupação em fomentar a socialização e em promover uma visão crítica na criança que resta pouco tempo e pouco investimento para ensinar o básico, o fundamental”, conclui Nadalim, após criticar a educadora Magda Soares, professora emérita da UFMG tida como referência nacional em alfabetização.

Para o novo secretário, o “letramento”, conceito difundido no país a partir dos anos 1980 pela educadora e usado nos documentos do MEC, é o “vilão da alfabetização” no país.

Como saída, Nadalim e outros adeptos da ênfase na fonética defendem o “método fônico”. Nele, a criança deve primeiro ser exposta a atividades que reforcem a relação entre as letras e os sons da fala (grafemas e fonemas), pois assim aprendem a decodificar e codificar a linguagem escrita, para depois evoluir aos textos. Seus defensores argumentam que estudos internacionais já comprovaram a superioridade dessa abordagem.

Em outro vídeo, Nadalim exemplifica como usar o método usando o livro “O Batalhão das Letras”, de Mario Quintana, que traz grandes desenhos do alfabeto. Ao abrir a página do “F”, ele fala os nomes correspondentes a desenhos enfatizando o início das palavras: “Ffffrades, ffffformigas, fffffiga, ffffflor”, recita o secretário.

“Guerrinha de métodos é perda de tempo”

Não se sabe ainda como, mas a expectativa é que Nadalim tentará implementar grandes mudanças nas diretrizes de alfabetização do país. A BBC News Brasil tentou contato com o secretário em seu blog e no MEC, mas a assessoria do ministério disse que a nova equipe ainda não está atendendo pedidos de entrevistas.

Pesquisas deixam claro que há um problema a ser enfrentado. Numa lista de 70 países analisados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), o Brasil está na 59ª posição em leitura e na 66ª colocação em matemática.

Já um estudo realizado no ano passado pelo Ibope Inteligência em parceria com a ONG Ação Educativa estima que 29% dos jovens e adultos brasileiros de 15 a 64 anos (cerca de 38 milhões de pessoas) sejam analfabetos funcionais.

Para estudiosos da alfabetização ouvidos pela BBC News Brasil, no entanto, esse quadro não pode ser atribuído a uma questão de método. Parte dos entrevistados considera, inclusive, que Nadalim tem percepções equivocadas sobre o que seja construtivismo, letramento e a abordagem fônica. E ressaltam que, na prática, o que se vê na sala de aula é um mix de ferramentas teóricas e metodológicas.

“Eu acho uma perda de energia, tempo e neurônios estabelecer essa guerrinha, essa oposição entre método fônico e um método mais global ou construtivista. É absolutamente improdutivo”, afirma a professora Izolda Cela, hoje vice-governadora do Ceará.

Cela esteve à frente do processo que, a partir de 1997, implementou um programa de alfabetização extremamente bem-sucedido em Sobral (CE). No ranking de redes de ensino municipais, a cidade tem os maiores nota no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para o ensino fundamental. No caso dos anos iniciais (1º ao 5º ano), o Ideb de Sobral é de 9,1, contra 5,5 da média de todas as redes municipais de ensino do país.

Para a vice-governadora, que coordenou o programa e depois se tornou secretária de educação de Sobral e do Ceará, o sucesso do programa não decorre do método, mas de um conjunto de fatores como a valorização e qualificação constante dos professores, o planejamento detalhado das atividades em sala de aula com alinhamento ao material didático, as metas claras de alfabetização e as avaliações externas realizadas pelo município semestralmente para medir a aprendizagem dos estudantes.

No caso de Sobral, disse ainda, o programa aplica tanto princípios do letramento, de Magda Soares, como material didático de abordagem fônica do Instituto Alfa e Beto, fundado por João Batista Oliveira. Quando o modelo foi ampliado para outras cidades do estado, conta, o governo pré-selecionou alguns materiais com diferentes ênfases metodológicas e permitiu que as redes municipais escolhessem o que mais se adequasse as suas necessidades.

Ex-secretário-executivo do MEC (1995) e psicólogo com doutorado em educação pela Florida State University (EUA), Batista Oliveira é um dos principais defensores do método fônico no Brasil, ao lado de Fernando Capovilla, professor do Instituto de Psicologia da USP (Universidade de São Paulo). Ambos são citados por Carlos Nadalim ao disparar suas críticas contra Magda Soares.

“Se a escola usa um método ou outro, não é determinante. O importante é se é bem organizado. O fator de fracasso (da alfabetização no Brasil) é o baixíssimo nível de institucionalidade da escola pública”, acredita Cela.

“Fico apreensiva quando o novo secretário coloca o método como grande questão da alfabetização”, disse ainda.

Mas, afinal, o que é letramento?

A professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Magda Soares está indignada com o que chamou de “forma equivocada e pouco respeitosa” como vem sendo criticada por Nadalim. Aos 86 anos, se recuperando de uma cirurgia, ela ainda

assim tem atendido jornalistas para responder ao que classifica como “disparates” do novo secretário.

Seu livro “Alfabetização: a questão dos métodos”, em que faz uma ampla revisão dos estudos na área, ganhou o prêmio Jabuti em duas categorias em 2017: melhor obra de não ficção e de Educação e Pedagogia. Desde 2007, a professora coordena de forma voluntária o programa de alfabetização da prefeitura de Lagoa Santa (MG). De lá pra cá, o Ideb para os anos iniciais do ensino fundamental da rede do município passou de 4,5 para 6,4.

Soares refuta a discussão em termos de “métodos fônicos” versus “abordagem construtivista”. Ela concorda que a “aprendizagem das relações fonemas-grafemas” é essencial ao processo de alfabetização. Seu entendimento, porém, é que o ensino não deve partir das letras, já que as consoantes são “impronunciáveis isoladamente”, mas primeiro da consciência das palavras e sílabas. Além disso, Soares considera “enfadonhos” exercícios fonéticos dissociados de textos escritos que dialoguem com realidade das crianças.

“As crianças aprendem com mais interesse e entusiasmo quando se alfabetiza com base em palavras e frases de textos reais, lidos pela professora, e em tentativas de escrever, de modo que aprender as relações fonema-grafema ganham sentido”, defende.

À BBC News Brasil Soares ressaltou também que alfabetização e letramento são coisas distintas. O primeiro consiste na “aprendizagem de uma tecnologia”, o sistema alfabético escrito e normas ortográficas, enquanto o segundo é o desenvolvimento de habilidades de interpretação e construção de textos.

“Embora sejam diferentes os processos de aprendizagem e de ensino, a criança se alfabetiza para ler e escrever textos, portanto, é artificial levar a criança a aprender a tecnologia – as relações fonema-grafema – desligada de seu uso. Por isso, a importância de alfabetizar e letrar de forma integrada”, defende.

Disputa global

A disputa em torno da melhor forma de ensinar o alfabeto não é exclusiva do Brasil. Em países como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, o conflito ficou conhecido como “reading wars” (guerras da alfabetização).

Em um amplo estudo publicado no ano passado, pesquisadoras de universidades britânicas e australiana tentaram por fim à disputa. Nele, as cientistas Anne Castles (Macquarie University), Kathleen Rastle (Royal Holloway University of London) e Kate Nation (University of Oxford) sustentam que a fonética é base essencial para se tornar um bom leitor, mas não é suficiente por si só.

“Uma criança não é alfabetizada a menos que possa entender o que está lendo, portanto, a alfabetização bem-sucedida também exige a aquisição de habilidades sofisticadas de compreensão de texto”, disse à BBC News Brasil uma das autoras, Kathleen Rastle.

“Isso não significa que as habilidades devam ser ensinadas ao mesmo tempo. Há um forte consenso na pesquisa científica de que a fonética é base necessária para as habilidades de leitura de alto nível e, portanto, que a instrução inicial deve se concentrar

em garantir que o conhecimento fonético da criança seja sólido”, acrescentou.

Já a professora de Harvard Catherine Snow, referência no estudo de abordagens de alfabetização nos Estados Unidos, afirma que o ensino do “princípio alfabético”, ou seja, a compreensão de que as letras representam sons previsíveis, não deve ocorrer dissociado de atividades que insiram as palavras em frases e histórias com sentido.

“Esse processo envolve lembrar o aprendiz que as palavras que ele pode decodificar pela relação letra-som são reais e com significado, que a razão de ler é entender a mensagem, não apenas pronunciar corretamente”, argumenta.

Snow ressalta que os diferentes grupos de pesquisadores em geral concordam “em 90%” do que compõem um bom ensino de leitura e escrita, mas exageram a importância dos 10% de discordância.

“Todos admitem que as crianças precisam entender o princípio alfabético, que precisam ter fortes habilidades de linguagem oral, que devem escutar leituras em voz alta antes que possam ler (por conta própria) e que os materiais de leitura devem ser interessantes e motivadores etc.”, ressalta.

“Ignorar esses pontos de concordância por causa de um nível diferente de ênfase na importância de ensinar explicitamente o princípio alfabético teve efeitos muito negativos na instrução de alfabetização nos Estados Unidos. Espera-se que o Brasil não repita essa história”, crítica.

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

7 argumentos contra os sindicatos dos professores nos EUA

As associações garantem falar pelos docentes, mas a verdade é que grande parte de sua energia é gasta defendendo iniciativas políticas, não educacionais. A opinião dos próprios professores, muitas vezes, nem é ouvida

Anualmente, a secretaria de educação do meu distrito realiza um encontro, no começo do ano, com todos os funcionários. Entre as pompas do evento, 15 minutos são destinados à fala do chefe do sindicato local de professores. Ele não fala muito, faz um discurso vago e genérico. Diz que a associação trabalha com o conselho escolar e outros líderes na luta pelos professores e estudantes.

Ele também passa algum tempo na sala dos professores distribuindo panfletos. Recentemente, uma nota em defesa dos sindicatos, que detalha as realizações das agremiações sindicais e os males das corporações, foi deixada em uma das mesas. A nota e o discurso são uma boa revisão de um curso cívico do ensino médio, mas eles têm uma falha gritante: se concentram totalmente no passado.

Os contextos, no entanto, mudam. A necessidade de bases militares americanas na Alemanha, por exemplo, mudou desde a Guerra Fria. O mesmo vale para os sindicatos em geral, já que os EUA atingiram níveis históricos de prosperidade. Podemos apreciar as realizações do passado enquanto reconsideramos a utilidade dos sindicatos atualmente. Existem, é claro, defesas de sindicatos dentro de um contexto moderno. Dito isto, eles estão falhando ultimamente.

Aqui estão sete razões pelas quais deveríamos apoiar a dissolução dos sindicatos de

professores em 2019:

1. Eles são grupos de defesa tanto quanto sindicatos

Há dois anos, quando eu era professor do primeiro ano, entrei por engano em uma reunião destinada exclusivamente para sindicalistas, na biblioteca da escola. Antes de ser expulso e me negarem um bolinho com café, vi pilhas de panfletos ao lado dos aperitivos. No topo de um dos montes havia a imagem de Donald Trump carrancudo sobre um fundo vermelho escuro, parecendo um Lorde Sith – guerreiro do Lado Negro da Força; em outro, estava a imagem de Hillary Clinton sorridente.

Enquanto há um estereótipo de que os professores são progressistas, uma pesquisa realizada pela organização de notícias independente Education Week revelou que 43% dos educadores se definem como moderados, e um número quase igual se identifica como conservador ou progressista. Em 2016, 50% dos professores votaram em Hillary Clinton enquanto 29% escolheram Donald Trump. Os professores são um grupo moderado e politicamente diversificado.

Nos últimos 28 anos, os sindicatos de professores doaram 96% de seus fundos a candidatos democratas. Na agenda da última reunião anual da Associação Nacional de Educação (NEA), há tópicos que determinam os seguintes compromissos:

Contestar às políticas “cruéis, racistas e discriminatórias de tolerância zero [imigração] da administração Trump”

Apoiar o Black Lives Matter, movimento ativista contra a violência a pessoas negras

Opor-se ao armamento de professores nas escolas

Conseguir a remoção dos monumentos dos líderes confederados (da Guerra Civil Americana) nas escolas

Divulgar publicamente uma lista de indivíduos que recusaram serviço a pessoas LGBTQ

Apoiar o adiamento da votação para a confirmação de Brett Kavanaugh ao Supremo Tribunal dos EUA

Lutar contra a privatização das prisões

Opor-se às escolas charter (modelo de escola pública que adota a lógica da gestão privada) e programas de voucher escolar (espécie de “ProUni” para a educação básica)

Desconstruir “a proliferação sistêmica de uma cultura de supremacia branca e seus elementos constitutivos de privilégio branco e racismo institucional”

Independentemente de sua opinião sobre tudo isso, há uma clara disparidade entre as preocupações do maior sindicato de professores do país e educadores. Mais preocupante ainda é que muitos dos interesses dos sindicatos têm uma relação superficial com a educação - se houver. Enquanto eles falam em ‘defesa dos professores’, grande parte de

sua energia é gasta defendendo iniciativas políticas não educacionais.

2. Eles investem mais dinheiro na política do que quase todo mundo

Tanto republicanos quanto democratas reclamam de verbas na política, e ambos os lados têm seu ‘bicho-papão’. À direita, George Soros. À esquerda, os irmãos Koch. Além disso, de acordo com o instituto de pesquisa Center for Responsive Politics, em 2014 o NEA foi o segundo maior contribuinte para campanhas políticas do que qualquer outro indivíduo, corporação ou sindicato. Em 2016, a Federação Americana de Professores (AFT) e o NEA doaram US\$ 64 milhões a campanhas políticas, enquanto os irmãos Koch e George Soros forneceram US\$ 11 milhões e US\$ 28 milhões, respectivamente.

3. Seus ideais não estão gerando resultados significantes

Os sindicatos lutam pelo aumento de fundos, com a intenção de aumentar o salário dos professores e comprar melhores materiais acadêmicos. Algumas pesquisas mostram que isso é benéfico. Outras, não. Uma análise da Universidade Johns Hopkins encontrou uma síntese entre os dois, argumentando que a definição do desempenho escolar e a maneira como o dinheiro é gasto determinam se o financiamento está diretamente associado à melhoria. Até que sejam implementadas reformas estruturais, qualquer aumento de financiamento será desperdício.

Na primeira escola em que trabalhei, a biblioteca tinha milhares de livros, que valiam milhares de dólares, e eu era um dos únicos professores que os usava. Meu departamento tinha um armário cheio de brinquedos e aparelhos que ninguém usava também. Existem equipes curriculares e os funcionários coletivamente pagaram centenas de milhares de dólares para criar um currículo que seja seguido sem fidelidade ou totalmente ignorado. Existem equipes curriculares e funcionários que receberam centenas de milhares de dólares para criar um currículo que seja seguido de maneira desleixada, ou seja, totalmente ignorado.

Os gastos por aluno, o desempenho escolar e o salário dos professores fornecem dados para fundamentar essa afirmação. Na cotação do dólar atual, os gastos escolares aumentaram em cerca de US\$ 3 mil por aluno desde o início dos anos 90. No entanto, a remuneração dos professores diminuiu ou permaneceu a mesma na maioria dos estados, enquanto o desempenho dos alunos nos testes permaneceu estagnado ou até mesmo regrediu em alguns estados. O dinheiro está aumentando, mas não está gerando resultados.

De maneira geral, os sindicatos de professores promovem um plano de carreira que recompensa qualquer professor por anos lecionados – sejam os professores excepcionais, medíocres ou ruins –, incentivando a longevidade, não o desempenho. Eles também tornam quase impossível demitir professores, com um processo que pode levar até dois anos e custar US\$ 200 mil, de acordo com o professor da Universidade de Stanford Terry Moe.

Posicionamento social, aumento de fundos públicos para a aposentadoria e planos de carreira rígidos não são eficientes para enfrentar uma educação que está em apuros.

4. Sindicatos bloqueiam uma reforma significativa

Os sindicatos bloqueiam reformas que podem mudar estruturalmente um sistema quebrado e, em troca, prometem aumentar os fundos para a aposentadoria, que, por sua vez, serão esgotados pelo sistema quebrado. Sobretudo, eles se opõem à School Choice (termo usado nos Estados Unidos para se referir às alternativas ao sistema de educação no país, como o voucher escolar e o homeschooling), remuneração baseada em mérito, testes padronizados e o Praxis, um exame de admissão para professores nos Estados Unidos.

O school choice, embora não seja a solução, é uma opção que tem um enorme potencial para melhorar a situação das escolas. Uma pesquisa mostra que a influência que esse tipo de modelo exerce nas escolas aumenta o desempenho dos alunos, promove economia de dinheiro e melhora a saúde mental dos alunos.

A reforma educacional foi frustrada. Em toda a linha, republicanos conseguiram avanços significativos de escolas charter/ escolas públicas independentes para avaliações mais rigorosas de professores e remuneração baseada em mérito. Depois de uma 'onda azul' democrata, muitos temem que os avanços conquistados possam estar próximos do fim.

5. Eles criam uma cultura de privilégio

Eu permito que meus alunos definam algumas regras de sala de aula para criar neles um sentimento de propriedade. Um dos alunos disse que não queria uma estrela ou um doce simplesmente por seguir instruções. É compreensível elogiar um aluno pelo mínimo, ele disse. Isso pressupõe que você só espera o mínimo.

Vejo muitos professores ensinarem, e nem todos merecem, necessariamente, uma estrela. Eu ouvi professores dizerem a seus alunos para fazerem menos perguntas. Tenho visto professores comemorarem quando estudantes ficam grávidas. Eu ouvi professores falarem de estudantes usando a linguagem que se esperaria do vilão em um filme de Martin Scorsese. Enquanto isso, os professores difamam qualquer teste que mostre pontuações estagnadas ou alguém que questione sua eficácia.

Os sindicatos dizem que nós, professores, merecemos nosso trabalho e melhores salários, independentemente do desenvolvimento de nossos alunos. Mas, na realidade, merecemos mais dinheiro e reconhecimento apenas se fizermos bem o nosso trabalho. Sugerir qualquer outra coisa é um desserviço à profissão.

6. Eles negociam por benefícios medíocres

Eu era novo professor e me sentei frente à diretora da escola para conversarmos sobre o 403 (b) – plano de aposentadoria dos educadores nos EUA. Perguntei se o distrito escolar pagaria minha contribuição. Ela disse que não, pois o distrito já contribuía com isso. Eu fiquei com uma cara de desgosto, e ela também.

Chad Aldeman, ex-analista do Departamento de Educação dos EUA, explica bem o problema. Ele diz que “os estados estão pagando uma média de 12% do salário de cada professor apenas pelos custos da dívida. Se os estados não enfrentassem essas grandes

dívidas, eles poderiam devolver o dinheiro aos professores em forma de salários mais altos – uma média de US\$ 6.801 para cada professor de escola pública nos Estados Unidos.

Sob o plano de aposentadoria conhecido como 401 (k), qualquer funcionário pode optar por ser econômico e investir mais, além de receber mais de seu empregador e, dessa forma, mais de seu plano de aposentadoria. Na educação, os professores recebem benefícios de aposentadoria com base em uma fórmula, sem a possibilidade de investir mais do que o valor predeterminado.

Esses US\$ 6,8 mil dólares poderiam ser usados de maneira muito melhor. Para aqueles de nós que optam por poupar, acabaríamos com um saldo de aposentadoria que superaria a maioria das de outros professores. Alguns podem argumentar que não têm um salário suficiente para economizar, mas, mesmo neste caso, esses professores deveriam poder manter o seu dinheiro e gastá-lo com custos médicos ou cuidados infantis que necessitem.

7. Nós podemos negociar por nós mesmos

Durante a Revolução Industrial, trabalhadores de fábricas eram dispensáveis. Eles não tinham habilidades especializadas ou educação com as quais pudessem negociar em um mercado farto de mão de obra. Diferentemente, os professores são uma força de trabalho altamente qualificada e instruída em um mercado onde eles são escassos.

Um amigo meu, um dos melhores professores da nossa escola, foi falsamente acusado de bater em um aluno. Sob regras distritais rígidas, o diretor quis demiti-lo. O professor, então, entrou na sala de direção com resultados de testes, depoimentos de alunos, projetos demonstrando seu domínio sobre um dos alunos mais complicados da escola e registros em vídeo que provaram que ele era inocente. Nós podemos negociar por nós mesmos.

Como regra, eu tento não me opor às coisas. Isso gera ressentimento em vez de mudar a mente e não lança uma visão para um caminho a seguir. Eu não sou contra sindicatos. Sou a favor dos professores. Para que possamos florescer financeiramente e profissionalmente, precisamos da liberdade para barganhar por nós mesmos, o respeito que vem com a responsabilidade e uma reforma significativa. Por fim, eu permaneço com os professores – não com os sindicatos.

*Daniel Buck é educador em uma escola em Wisconsin. Tem mestrado em Currículo e Instrução pela Universidade de Wisconsin, em Madison, e também escreve para o Lone Conservative.

©2018 Foundation for Economic Education. Publicado com permissão. Original em inglês.

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

**Presidente do Inep é exonerada; professor da FGV assumirá o cargo
Também foram exonerados diretores e secretários do Ministério da Educação e de outras autarquias**

Brasília - A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini, foi exonerada do cargo nesta segunda-feira. A portaria com a exoneração foi publicada no Diário Oficial da União.

O novo presidente do Inep, autarquia que realiza, entre outros testes, o do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), será Marcus Vinicius Rodrigues, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O economista Murilo Resende Ferreira, ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) de Goiás, será o responsável pelo Enem.

Também foram exonerados diretores e secretários do Ministério da Educação (MEC) e de outras autarquias. No Inep, além de Maria Inês, foram exoneradas a diretora de Estudos Educacionais, Alvana Maria Bof; a diretora de Gestão e Planejamento, Eunice Oliveira; e a diretora de Avaliação da Educação Básica, Luana Bergmann.

Bolsonaro defendeu fim da doutrinação no Enem

No último dia 5, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que o novo coordenador do Enem, Murilo Resende, priorizará o ensino e não o que chamou de doutrinação dos alunos em sala de aula. "Murilo Resende, o novo coordenador do Enem é doutor em Economia pela FGV e seus estudos deixam claro a priorização do ensino ignorando a atual promoção da lacração, ou seja, enfoque na medição da formação acadêmica e não somente o quanto ele foi doutrinado em salas de aula", escreveu Bolsonaro, no Twitter.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Saiba quem é quem no governo Bolsonaro

Um mapa do primeiro e do segundo escalão, nome a nome

SÃO PAULO

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão.

Três pastas —Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente— ainda não concluíram suas nomeações. Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias.

Já as indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado.

O SEGUNDO ESCALÃO DO GOVERNO BOLSONARO

Casa Civil - Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral - Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo - Carlos Alberto dos Santos Cruz

CLIPPING



Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães
Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Gabinete de Segurança Institucional - General Augusto Heleno
Secretário-executivo: Valério Stumpf Trindade
Secretário-executivo-adjunto: Cesar Leme Justo Dilton
Secretário de Defesa e Segurança Nacional: José Schuck
Secretário de Segurança e Coordenação: Luiz Fernando Estorilho Baganha
Assessor especial: Joaquim Maia Brandão Júnior
Assessor especial: Carlos Roberto de Sousa Peixoto

Defesa - general Fernando de Azevedo e Silva
Secretário-geral: Almirante Garnier
AGU - André Luiz de Almeida Mendonça
Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França
Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha
Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior
Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério
Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes
Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade
Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vládía Pompeu da Silva
Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer
Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros
Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU - Wagner de Campos Rosário
Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho
Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya
Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior
Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias
Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública - Sergio Moro
Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas
Chefe de gabinete: Flávia Blanco
Secretário executivo: Luiz Pontel
Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes
Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora
Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm
Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira
Presidente do Coaf: Roberto Leonel
Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena
Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon
Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty - Ernesto Araújo

Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores - Otávio Brandelli

Economia - Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guaranys

Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa

Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho

Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar

Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel

Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo

Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) - Roberto Campos Neto

Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio

Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa

Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior

Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni

Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia - Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura - Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia

Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques

Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal

Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior

Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite

Ribeiro

Desenvolvimento Regional - Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro

Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves

Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro

Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Ciência e Tecnologia - Marcos Pontes

Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto

CLIPPING



Chefe de gabinete: Celestino Todesco

Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales

Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto

Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral

Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente - Ricardo Salles

Secretaria Executiva - Ana Maria Pellini

Secretaria de Ecoturismo - Gilson Machado Neto

Secretaria de Relações Internacionais - Roberto Castelo Branco Coelho de Souza

Secretaria de Qualidade Ambiental - André Luiz Felisberto França (nomeado)

Secretaria de Biodiversidade - José Truda Palazzo Junio

Presidente do ICMBio - Adalberto Sigismundo Eberhard

Presidente do Ibama - Eduardo Fortunato Bim

Mulher, Família e Direitos Humanos - Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania - Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde - Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo — ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini - (mantido da gestão Temer)

Educação - Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandre Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da **CAPES**: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSEH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo - Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio "Totó" Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington "Bob" dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb
No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de
Tecnologia e Inovação

Agência Estado

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↗

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↗

DIÁRIO DO SUDOESTE - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País

da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb
O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandro Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Veja quem é quem no primeiro e no segundo escalão do governo Bolsonaro Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente ainda não concluíram suas nomeações

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão. Três pastas - Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente - ainda não concluíram suas nomeações. Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias. As indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado.

O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil - Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

CLIPPING



Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral - Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo - Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Defesa (demais secretarias não foram definidas) - general Fernando de Azevedo e Silva

Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU - André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior

Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério

Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes

Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlândia Pompeu da Silva

Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros

Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU - Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya

Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias

Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública - Sergio Moro

Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas

Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora

Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm

Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira

Presidente do Coaf: Roberto Leonel

Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena

Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon

Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) - Ernesto Araújo
Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores - Otávio Brandelli

Economia - Paulo Guedes
Secretário-executivo: Marcelo Guarany
Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra
Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa
Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho
Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar
Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel
Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo
Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) - Roberto Campos Neto

Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas
Secretário-executivo: Marcelo Sampaio
Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse
Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa
Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior
Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni
Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) - Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.
Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura - Tereza Cristina
Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)
Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia
Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques
Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal
Aqüicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior
Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke
Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional - Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto
Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro
Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves
Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo
Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro
Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves
Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Leia também:

Bolsonaro faz terceira reunião ministerial em duas semanas
Major do PSL será o líder do governo na Câmara, confirma Bolsonaro

Ciência e Tecnologia - Marcos Pontes

Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto

Chefe de gabinete: Celestino Todesco

Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales

Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto

Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral

Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) - Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos - Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania - Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde - Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini - (mantido da gestão Temer)

Educação - Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandre Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da CAPES: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSEERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo - Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio "Totó" Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington "Bob" dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

topo ↕

GC NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Veja quem é quem no primeiro e no segundo escalão do governo Bolsonaro

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão.

Três pastas -Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente- ainda não concluíram suas nomeações.

Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias.

Já as indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado.

O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil - Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral - Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo - Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

CLIPPING



Defesa (demais secretarias não foram definidas) - general Fernando de Azevedo e Silva
Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU - André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior

Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério

Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes

Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlândia Pompeu da Silva

Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros

Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU - Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya

Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias

Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública - Sergio Moro

Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas

Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora

Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm

Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira

Presidente do Coaf: Roberto Leonel

Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena

Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon

Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) - Ernesto Araújo

Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores - Otávio Brandelli

Economia - Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guarany

Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa

Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho

Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar

CLIPPING



Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel
Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo
Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) - Roberto Campos Neto

Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas
Secretário-executivo: Marcelo Sampaio
Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse
Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa
Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior
Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni
Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) - Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.
Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura - Tereza Cristina
Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)
Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia
Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques
Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal
Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior
Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke
Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional - Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto
Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro
Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves
Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo
Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro
Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves
Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Ciência e Tecnologia - Marcos Pontes
Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto
Chefe de gabinete: Celestino Todesco
Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales
Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim
Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto
Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral
Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) - Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos - Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz
Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins
Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade
Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva
Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa
Secretaria da Mulher: Tia Eron
Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira
Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania - Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga
Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra
Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires
Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira
Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde - Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass
Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta
Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)
Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna
Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber
Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro
Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini - (mantido da gestão Temer)

Educação - Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli
Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi
Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida
Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin
Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandre Ferreira de Souza
Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria
Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo
Presidente da **CAPES: Anderson Ribeiro Correia**
Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva
Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues
Presidente EBSERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo - Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves
Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio "Totó" Parente
Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington "Bob" dos Santos
Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

topo ↗

JORNAL DO OESTE - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

Últimas Notícias

10:35 15/01

Esporte Fluminense anuncia contratação do meia Caio Henrique por empréstimo

10:29 15/01

Economia Black Friday impulsionou alta no varejo em novembro, diz IBGE

10:22 15/01

Variedades Melinda e Teodoro roubam a cena em musical de Michel Teló

10:14 15/01

Exterior Alemanha nega que Merkel tenha oferecido ajuda à premiê britânica

10:09 15/01

Economia Taxas de juros rondam ajustes, mas longas têm viés de alta após varejo e dólar

10:02 15/01

Economia Dólar segue rondando R\$ 3,70, com viés de alta

Veja mais notícias

Colunistas

Mauro Picini

Mauro Picini Moda & Estilo 15/01/19

Gente - Jean Carvalho

Coluna Gente 15/01/19

Coluna do Editor

Coluna do Editor 15/01/19

Blog da Ana

Checklist para garantir o visual tendência na praia

Editorial

O fim da vergonha

Edição Impressa

Mais lidas

AEROPORTO MUNICIPAL Em dia histórico, Toledo decola com voo comercial

DOAÇÃO Consulado do Japão faz entrega oficial de equipamentos ao Bom Jesus

ATENÇÃO Época de safra aumenta a circulação de máquinas agrícolas nas estradas

topo ↕

MAIS GOIÁS - GO - TEMPO REAL

Veja quem é quem no primeiro e no segundo escalão do governo Bolsonaro

Três pastas -Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente- ainda não concluíram suas nomeações

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão.

Três pastas -Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente- ainda não concluíram suas nomeações. Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias.

Já as indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado.

O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil – Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral – Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo – Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Defesa (demais secretarias não foram definidas) – general Fernando de Azevedo e Silva

Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU – André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

CLIPPING



Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior
Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério
Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes
Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade
Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vládía Pompeu da Silva
Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer
Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros
Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU – Wagner de Campos Rosário
Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho
Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya
Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior
Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias
Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública – Sergio Moro
Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas
Chefe de gabinete: Flávia Blanco
Secretário executivo: Luiz Pontel
Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes
Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora
Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm
Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira
Presidente do Coaf: Roberto Leonel
Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena
Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon
Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj
Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) – Ernesto Araújo
Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores – Otávio Brandelli

Economia – Paulo Guedes
Secretário-executivo: Marcelo Guarany
Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra
Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa
Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho
Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar
Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel
Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo
Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) – Roberto Campos Neto

Infraestrutura – Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio

Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa

Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior

Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni

Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) – Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura – Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia

Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques

Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal

Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior

Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional – Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro

Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves

Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro

Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Ciência e Tecnologia – Marcos Pontes

Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto

Chefe de gabinete: Celestino Todesco

Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales

Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto

Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral

Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) – Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos – Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania – Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde – Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini – (mantido da gestão Temer)

Educação – Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandre Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da **CAPES**: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSEH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo – Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio “Totó” Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington “Bob” dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

topo ↕

MASSA NEWS - PR - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco

Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área que opera Fies e Fundeb

Recentemente a pasta exonerou funcionários ligados à formulação de um edital que permitia veiculação de publicidade em livros didáticos

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da

Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↕

NOTÍCIAS AO MINUTO - TEMPO REAL

Veja quem é quem no 1º e no 2º escalão do governo Bolsonaro

Apenas três ministérios Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente ainda não concluíram suas nomeações

A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão.

Três pastas -Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente- ainda não concluíram suas nomeações. Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias.

Já as indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado. O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil - Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral - Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo - Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

+ Bolsonaro vai assinar decreto de posse de armas nesta terça

+ Ministra da Agricultura quer Gisele Bündchen como embaixadora

Defesa (demais secretarias não foram definidas) - general Fernando de Azevedo e Silva

CLIPPING



Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU - André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior

Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério

Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes

Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlândia Pompeu da Silva

Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros

Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU - Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya

Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias

Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública - Sergio Moro

Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas
Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora

CLIPPING



Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm

Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira

Presidente do Coaf: Roberto Leonel

Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena

Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon

Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) - Ernesto Araújo

Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores - Otávio Brandelli

Economia - Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guaranys

Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa

Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho

Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar

Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel

Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo

Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) - Roberto Campos Neto

Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio

Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa

Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior

Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni

Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) - Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura - Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia

Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques

Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal

Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior

Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional - Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro

Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves

Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro

Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Ciência e Tecnologia - Marcos Pontes

Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto

Chefe de gabinete: Celestino Todesco

Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales

Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto

Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral

Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) - Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos - Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrucia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania - Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde - Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo -ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein,

CLIPPING



secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini - (mantido da gestão Temer)

Educação - Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da **CAPES**: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSEERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo - Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio "Totó" Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington "Bob" dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

Com informações da Folhapress.

topo ↗

O LIBERAL - PA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb Mudanças atendem novas diretrizes do governo

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↗

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb Mudanças atendem novas diretrizes do governo

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na

educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área que opera Fies e Fundeb

Quatro novos secretários foram nomeados nesta terça-feira

Brasília – O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandro Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandro Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi

nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

Copyright © 2018 Estadão. Todos os direitos reservados

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Censo da Educação Superior 2018 inicia coleta de dados

Todas as Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, já podem declarar seus dados no Censo da Educação Superior 2018. O Sistema Censup foi disponibilizado para preenchimento nesta segunda-feira, 14 de janeiro, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e ficará aberto até 26 de abril. A coleta de dados é realizada diretamente no Sistema Censup.

O preenchimento dos dados é de responsabilidade do Pesquisador Institucional (PI), representante oficial da IES junto ao Inep. É o PI que responde aos questionários eletrônicos do Sistema Censup, verifica e corrige possíveis inconsistências dos dados declarados, além de responder, no limite de suas atribuições, a questionamentos do Inep referentes ao Censo da Educação Superior.

Capacitação – O Inep promoverá uma capacitação a distância para os PIs e Auxiliares Institucionais (AI). O objetivo é qualificá-los para assegurar a correta inserção dos dados. O treinamento é indispensável para os PIs que realizarão o preenchimento do Censo da Educação Superior pela primeira vez. As inscrições para a capacitação estão disponíveis apenas para as IES com o cadastro do PI atualizado.

Censo da Educação Superior – Realizado anualmente pelo Inep, o Censo da Educação Superior reúne informações sobre as IES, cursos, docentes e alunos. O preenchimento do Censo é pré-requisito para a expedição de atos regulatórios e para a participação das IES em programas do Ministério da Educação, como o Prouni, o Fies e as bolsas da **Capes**. O Censo subsidia ainda a Avaliação da Educação Superior, sendo insumo para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos (IGC), Indicadores da Qualidade da Educação Superior divulgados pelo Inep.

Assessoria de Comunicação Social - INEP (14.01.2019)

topo ↕

TRIBUNA DO INTERIOR - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País

da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

General assume área que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandro Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de FNDE (Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

O setor também coordena a operacionalização do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica.

No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

Comunicar erro

O conteúdo foi útil para você?

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Veja quem é quem no primeiro e no segundo escalão do governo Bolsonaro A maior parte dos ministérios do governo de Jair Bolsonaro (PSL) já definiram os nomes que vão ocupar os cargos de segundo escalão.

Três pastas —Minas e Energia, Defesa e Meio Ambiente— ainda não concluíram suas nomeações. Já o ministério de Relações Exteriores divulgou um novo organograma nesta segunda (14) e deve anunciar seu secretariado em até 30 dias.

Já as indicações para o Banco Central, que ainda possui status de ministério, dependem ainda de aprovação do Senado.

O segundo escalão do governo Bolsonaro:

Casa Civil - Onyx Lorenzoni

Secretário-Executivo: Abraham Weintraub

Subchefe para Assuntos Jurídicos: Jorge Oliveira

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Assuntos Governamentais: Pablo Tatim

Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil: José Vicente Santini

Secretaria-Geral - Gustavo Bebianno

Secretário-Executivo: Floriano Peixoto Vieira Neto

Secretário Especial de Assuntos Estratégicos: Maynard Marques de Santa Rosa

Secretário Especial-Adjunto: Lauro Luís Pires da Silva

Assessor Especial: Walter Felix Cardoso

Secretaria de Governo - Carlos Alberto dos Santos Cruz

Secretário-Executivo da Secretaria de Governo: Mauro Biancamano Guimarães

Secretário Especial de Comunicação Social da Secretaria de Governo: Floriano Barbosa de Amorim Neto

Defesa (demais secretarias não foram definidas) - general Fernando de Azevedo e Silva

Secretário-geral: Almirante Garnier

AGU - André Luiz de Almeida Mendonça

Advogado-Geral da União Substituto/Secretário-Geral de Consultoria: Renato de Lima França

Procurador-Geral da União: Vinícius Torquetti Domingos Rocha

Procurador-Geral da Fazenda Nacional: José Levi Mello do Amaral Júnior

Consultor-Geral da União: Arthur Cerqueira Valério

Procurador-Geral Federal: Leonardo Silva Lima Fernandes

Secretária-Geral de Contencioso: Izabel Vinchon Nogueira de Andrade

Corregedora-Geral da Advocacia da União: Vlória Pompeu da Silva

CLIPPING



Procurador-Geral do Banco Central: Cristiano de Oliveira Lopes Cozer

Secretário-Geral de Administração: Márcio Bastos Medeiros

Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União: Rodrigo Sorrenti Hauer Vieira

CGU - Wagner de Campos Rosário

Secretário-Executivo: José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário Federal de Controle Interno: Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção: Cláudia Taya

Corregedor-Geral da União: Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União: Valmir Gomes Dias

Secretário de Combate à Corrupção: João Carlos Figueiredo Cardoso

Justiça e Segurança Pública - Sergio Moro

Assessor especial de assuntos legislativos: Valdimir Passos de Freitas

Chefe de gabinete: Flávia Blanco

Secretário executivo: Luiz Pontel

Assessoria especial de assuntos federativos e parlamentares: Lucas Goes

Secretário nacional de políticas sobre drogas: Luiz Roberto Peggiora

Secretário nacional do consumidor: Luciano Timm

Secretário de operações policiais integradas: Rosalvo Ferreira

Presidente do Coaf: Roberto Leonel

Chefe do DRCI (departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional): Erika Marena

Diretor do departamento penitenciário nacional: Fabiano Bordignon

Secretária nacional de justiça: Maria Hilda Marsiaj

Secretário nacional de segurança pública: Guilherme Theophilo

Itamaraty (novo organograma foi publicado hoje. Nomeações em até 30 dias) - Ernesto Araújo

CLIPPING



Secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores - Otávio Brandelli

Economia - Paulo Guedes

Secretário-executivo: Marcelo Guaranys

Secretário especial da Receita Federal: Marcos Cintra

Secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade: Carlos da Costa

Secretário especial de Previdência e Trabalho: Rogério Marinho

Secretário especial de Desestatização e Desenvolvimento: Salim Mattar

Secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Paulo Uebel

Secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais: Marcos Troyjo

Secretário especial de Fazenda: Waldery Rodrigues

Banco Central (indicações precisam ser aprovadas pelo Senado) - Roberto Campos Neto

Infraestrutura - Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário-executivo: Marcelo Sampaio

Secretária-executiva adjunta: Viviane Esse

Secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias: Natália Marcassa

Secretário de Transportes Terrestres: general Jamil Megid Junior

Secretário de Portos e Transportes Aquaviários: Diogo Piloni

Secretário de Aviação Civil: Ronei Glanzmann

Minas e Energia (os demais cargos indefinidos) - Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.

Marizeth Pereira: secretária-executiva

Agricultura - Tereza Cristina

Secretário-Executivo: Marcos Montes (PSD-MG)

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários: Nabhan Garcia

Política Agrícola: Eduardo Sampaio Marques

Defesa Sanitária: José Guilherme Tollstadius Leal

Aquicultura e Pesca: Jorge Seif Júnior

Agricultura Familiar e Cooperativismo: Fernando Henrique Kohlmann Schwanke

Comércio e Relações Internacionais do Agronegócio: embaixador Orlando Leite Ribeiro

Desenvolvimento Regional - Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Secretário-Executivo: Antônio Carlos Futuro

Secretário Nacional de Segurança Hídrica: Marcelo Pereira Borges

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil: Alexandre Lucas Alves

Secretário Nacional de Mobilidade Urbana: Jean Carlos Pejo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental: Jônathas Assunção Nery de Castro

Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano: Adriana Melo Alves

Secretário Nacional de Habitação: Celso Toshito Matsuda

Ciência e Tecnologia - Marcos Pontes

Secretário executivo: Júlio Semeghini Neto

Chefe de gabinete: Celestino Todesco

Secretário de pesquisa e formação: Marcelo Marcos Morales

Secretário de empreendedorismo e inovação: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Secretário de planejamento e cooperação de projetos e controle: Antonio Franciscangelis Neto

Secretário de radiodifusão: Elifas Gurgel Chaves do Amaral

Secretário de telecomunicações: Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Meio Ambiente (nomeações não foram definidas) - Ricardo Salles

Mulher, Família e Direitos Humanos - Damares Alves

Secretário-executivo: Sérgio Carazza

Secretaria de Proteção Global: Sérgio Augusto de Queiroz

CLIPPING



Secretaria da Família: Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretaria da Criança e Adolescente: Petrócia de Melo Andrade

Secretaria da Juventude: Jayana Nicaretta da Silva

Secretaria da Pessoa Idosa: Antônio Fernandes Toninho Costa

Secretaria da Mulher: Tia Eron

Secretaria da Pessoa com Deficiência: Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira

Secretaria da Igualdade Racial: Sandra Terena

Cidadania - Osmar Terra

Secretária-Executiva: Tatiana Alvarenga

Secretário especial de Desenvolvimento Social: Lelo Coimbra

Secretário especial de Cultura: Henrique Medeiros Pires

Secretário especial de Esporte: Marco Aurélio Vieira

Secretário de Comunicação Social: Klécio Santos

Saúde - Luiz Henrique Mandetta

Secretário-executivo: João Gabbardo —ex-secretário de saúde do Rio Grande do Sul, ex-presidente do Conass

Secretário da atenção básica (nova pasta): será nomeado, deve ser o Erno Harmzhein, secretário de Saúde de Porto Alegre, que assume primeiro a Sgep, que será extinta

Secretário de atenção hospitalar: Francisco de Assis (mantido da gestão Temer)

Secretário de tecnologia e insumos estratégicos: Denizar Vianna

Secretário de vigilância em saúde: Wanderson Kleber

Secretária de gestão do trabalho e educação em saúde: Mayra Pinheiro

Sesai (saúde indígena): Marco Antônio Toccolini - (mantido da gestão Temer)

Educação - Ricardo Vélez Rodríguez

Chefe de Gabinete: Tiago Tondinelli

Secretário-executivo: Luiz Antonio Tozi

Secretária de Educação Básica: Tania Leme de Almeida

Secretário de Alfabetização: Carlos Francisco de Paula Nadalin

Secretário de Educação Superior: Mauro Luiz Rabelo

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica: Alexandro Ferreira de Souza

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior: Marco Antonio Barroso Faria

Secretário de Modalidades Especializadas de Educação: Bernardo Goytacazes de Araújo

Presidente da CAPES: **Anderson Ribeiro Correia**

Presidente do FNDE: Carlos Alberto Decotelli da Silva

Presidente do Inep: Marcos Vinícius Rodrigues

Presidente EBSEERH: General Oswaldo de Jesus Ferreira

Turismo - Marcelo Álvaro Antônio

Secretário-Executivo: Alberto Alves

Secretário Nacional de Estruturação do Turismo: José Antônio "Totó" Parente

Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo: Babington "Bob" dos Santos

Chefe de Gabinete do Ministro: Maurício Almeida do Nascimento

AQUI ACONTECE - TEMPO REAL

Presidente do Inep é exonerada; assume o cargo professor da FGV

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini, foi exonerada do cargo. O novo presidente será Marcus Vinicius Rodrigues, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV). Também foram exonerados diretores e secretários do Ministério da Educação (MEC) e autarquias.

O governo já havia anunciado que Maria Inês não permaneceria no cargo. O seu nome chegou a ser ventilado para chefiar o Ministério da Educação (MEC). Mas questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018, que é de responsabilidade do Inep, desagradaram o presidente Jair Bolsonaro, que defendeu que o exame deve cobrar "conhecimentos úteis".

O economista Murilo Resende Ferreira, ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) de Goiás, será o responsável pelo Enem.

Além de Maria Inês, foram exoneradas também do Inep nesta segunda-feira (14) a

diretora de Estudos Educacionais, Alvana Maria Bof; a diretora de Gestão e Planejamento, Eunice Oliveira; e a diretora de Avaliação da Educação Básica, Luana Bergmann.

Foram exonerados ainda secretários e diretores do MEC, diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Abilio Afonso Baeta Neves.

por Agência Brasil

CGN - PR - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica). Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação. Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - SP - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na

educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

FOLHA VITÓRIA - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

ISTOÉ DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre

suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb
O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

JORNAL DO BRASIL - RJ - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb
O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco

Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

REPÓRTER DIÁRIO - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb
O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandre Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Ex-bolsista CAPES é premiada em Lisboa

A ex-bolsista da CAPES, Manaíra Aires Athayde, recebeu o Prêmio Mário Quartin Graça 2018, na categoria melhor tese de Ciências Sociais e Humanas, por seu trabalho “Ruy Belo e o Modernismo Brasileiro. Poesia, Espólio”.

Conforme registrado pelo júri do Prêmio, a tese vencedora “é um estudo de grande qualidade que, através de uma análise minuciosa e profunda, consegue identificar os autores do modernismo brasileiro que o poeta português leu e o modo como os acolheu na sua escrita”, como consta na ata da cerimônia, realizada em Lisboa, ao fim de 2018.

A premiada pesquisa foi desenvolvida no doutorado em Materialidades da Literatura, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o apoio de bolsa do Programa de Doutorado Pleno no Exterior, estabelecida de 2012 a 2016.

O apoio da CAPES “me possibilitou fomentar várias relações e parcerias entre instituições brasileiras e portuguesas, bem como fortalecer e projetar estudos literários e culturais sobre o Brasil no cenário internacional”, enfatizou Manaíra Athayde.

Tese

O trabalho investiga como determinadas características, práticas e temáticas da literatura brasileira se encontram na construção dos discursos poético e crítico do escritor português Ruy Belo, procurando perceber também o seu interesse por certos aspectos culturais e político-sociais brasileiros.

A tese “dá a conhecer o rico espólio de um dos mais importantes poetas portugueses do século XX, com o objetivo de revelar quais autores brasileiros ele leu e como os incorporou em sua produção poética”, explica a pesquisadora.

Na pesquisa, a poesia de Ruy Belo é lida em articulação com as obras de Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Jorge de Lima, sobressaindo a sua forte ligação com a obra poética de Manuel Bandeira.

“Este é um trabalho que nos leva a compreender mais sobre a nossa cultura, a nossa sociedade, a partir do diálogo com outros universos culturais, num mundo em que se torna cada vez mais importante estarmos abertos para estabelecer conexões, partilhas, intercâmbios”, destaca a Manaíra Athayde.

Prêmio

A honraria, concedida pela Casa da América Latina em Portugal, pretende estimular a formação de pesquisadores latino-americanos e portugueses em temas de interesse mútuo para Portugal e a América Latina. Nesta, que é a 9ª edição, a premiação recebeu o maior número já registrado de inscrições, 119, com teses de Portugal, Brasil, México, Argentina, Colômbia, Cuba, Equador, Honduras e Peru.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 14.01.2019

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC nomeia secretários e general assume área no FNDE que opera Fies e Fundeb

O Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União (DOU) nomeações e exonerações no quadro da pasta e de órgãos vinculados. Na lista de nomeados, há quatro secretários: Alexandro Ferreira de Souza (Educação Profissional e Tecnológica), Marco Antonio Barroso Faria (Regulação e Supervisão da Educação Superior), Mauro Luiz Rabelo (Educação Superior) e Tania Leme de Almeida (Educação Básica).

Além disso, o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros Luiz Tadeu Vilela Blumm foi nomeado diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A área sob o comando de Blumm tem entre suas competências planejar, coordenar e monitorar as atividades de agente operador do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O setor também coordena a operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que repassa recursos aos entes federados que oferecem atendimento na educação básica. No FNDE, ainda foi nomeada Ana Cristina Bittar de Oliveira como diretora de Tecnologia e Inovação.

Dentre os exonerados, saíram os titulares da Diretoria de Programas e Bolsas no País da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**; da Subsecretária de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva; da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.